



Licenciatura em Dança  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Lenira Peral Rengel | Anrifo Ribeiro Sanches Neto  
Ana Elisabeth Simões Brandão (Beth Rangel) | Rita Ferreira de Aquino

DANB05

# Arte/Dança como Tecnologia Educacional I

# ARTE/DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL I



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DANÇA  
LICENCIATURA EM DANÇA

# ARTE/DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL I

*Lenira Peral Rengel*  
*Antrifo Ribeiro Sanches Neto*  
*Ana Elisabeth Simões Brandão (Beth Rangel)*  
*Rita Ferreira de Aquino*

Salvador, 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Pró-Reitor: Penildon Silva Filho

Escola de Dança

Diretora: Dulce Lamego Silva e Aquino

Superintendência de Educação a

Distância -SEAD

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças

Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais

CTE-SEAD

Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional

CDE-SEAD

Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB

Andréa Leitão

**UAB -UFBA****Licenciatura em Dança:**

Coordenador:

Prof. Antrifo R. Sanches Neto

**Produção de Material Didático**

Coordenação de Tecnologias Educacionais

CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &amp;

Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto da Capa: Prof. Alessandro Faria

Arte da Capa: Alessandro Faria

Foto de capa: Designed by Freepik

Revisão:

Prof Márcio Matos

Equipe de Design

Supervisão: Prof. Alessandro Faria

Editoração / Ilustração

Marcos Nascimento

Camila Moraes

Design de Interfaces

Raissa Bomtempo

Equipe Audiovisual

Direção:

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Assistente de Produção:

Letícia Moreira de Oliveira

Ana Paula Borges

Câmera / Iluminação

Valdinei Matos

Edição:

Deniere Rocha

Animação e videografismos:

Bianca Fernandes

Edição de som:

Greice Mara



Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFBA

A786

Arte/dança como tecnologia educacional I / Lenira Peral Rengel ... [et al.]. – Salvador: Escola de Dança; Superintendência de Educação Distância, 2018.  
84 p.: il.

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Licenciatura em Dança na modalidade EaD da UFBA/SEAD/UAB.

ISBN: 978-85-8292-176-0

1. Dança - Estudo e ensino. I. Rengel, Lenira. II. Universidade Federal da Bahia. Escola de Dança. III. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. .

CDU: 793.3

# SUMÁRIO

<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>MINI CURRÍCULO DOS PROFESSORES</b>	<b>11</b>
<b>UNIDADE 1</b>	<b>13</b>
1.1 Uma apresentação do conceito de tecnologia	13
1.2 Expandir conceito de tecnologia – Tecnologia Educacional	15
1.3 Conteúdos conceituais, procedimentais, atitudinais	24
1.4 Os Quatro pilares da Educação	29
1.5 Uma introdução aos conceitos de: Educação; Pedagogia; Didática; Ensino/ Aprendizagem; Metodologia	34
<b>UNIDADE 2</b>	<b>45</b>
2.1 Dança como Tecnologia Educacional	45
2.2 Dança como campo de conhecimento e como área de conhecimento	49
2.3 A Dança e seus respaldos legais – Leis; Temas contemporâneos – Temas Trans- versais; Diretrizes; Parâmetros; Base	52
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>73</b>





## CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Caro (a) estudante,

Olá!

Este livro referente a disciplina **Arte/Dança como Tecnologia Educacional I** é uma produção bibliográfica didática para o Curso de **Licenciatura em Dança** na modalidade a distância da Universidade Federal da Bahia-UFBA.

Na Dança, cada movimento, cada objeto, ou figurino, cada palavra ou gesto dirigido ao estudante, cada passo ensinado ou cada movimento da cena tem um significado. Mesmo que este significado não seja expresso em palavras. Embora cada pessoa faça o mesmo movimento, o mesmo passo, este pode ter um significado, uma ideia diferenciada, para cada um.

Assim, precisamos comentar de um significado, logo no título da disciplina tem um sinal! O sinal /. Ele significa **estar para**, assinala a sutileza das relações entre Arte e Dança, uma coabitação. Arte está para Dança está para Arte. Parece óbvio? Mas não é... Muitos contextos, ainda que educacionais abordam a Dança e outras Artes como entretenimento, passatempo. E tem mesmo a não consideração da Dança como Arte, enquanto importante no currículo educacional. Sem dúvida, nos divertimos com a Dança, rimos, criamos, assistimos e nos emocionamos, refletimos sobre a vida e sobre o mundo em que vivemos. Entretanto, rir, criar não é passar o tempo, é muito sério. Este é um tema que aprofundaremos neste livro: Dança como campo de conhecimento, como produção de conhecimento e como área de conhecimento.

Com o Curso e a disciplina queremos, junto com vocês e todos os envolvidos, agir em interação, com a compreensão de que “a distância” é outro modo de nos relacionarmos



e aprendermos a criar uma maneira de proximidade. E, de todo modo, nosso Curso **Licenciatura em Dança** tem encontros presenciais. Quer dizer que não é “a distância” em sua totalidade. Você, estudante, e nós, professores, tutores e outros envolvidos no Curso somos pessoas que estão nessas palavras escritas, nos fóruns, nos *chats*. A nossa interação já se dá ao estarmos interessados em fazer/falar/pensar dança. O grau que ela terá, depende de nós.

Com esta perspectiva de aproximação propomos a você, estudante, engajar-se em uma dança como campo do conhecimento educativo e artístico emancipatório, político, qualquer que seja a dança que você faça.

O objetivo geral desta disciplina é introduzir o(a) estudante ao processo de educar em e com a Dança, oferecendo-lhe um conjunto de princípios e conceituações estruturantes para sua ação.

Cada Unidade da disciplina e seus tópicos apresentam conteúdos e objetivos específicos que detalham o objetivo geral. Portanto, caro(a) estudante, seguiremos assim:

A **UNIDADE 1** aborda: **1.1** Uma apresentação do conceito de tecnologia; **1.2** Expansão do conceito de tecnologia – Tecnologia Educacional; **1.3** Conteúdos conceituais, procedimentais, atitudinais;

**1.4** Os Quatro pilares da Educação; **1.5** Uma introdução aos conceitos de: Educação; Pedagogia; Didática; Ensino/Aprendizagem; Metodologia.

A **UNIDADE 2** trata de: **2.1** Dança como Tecnologia Educacional **2.2** Dança como campo de conhecimento e como área de conhecimento; **2.3** A Dança e seus respaldos legais – Leis; Temas contemporâneos – Temas Transversais; Diretrizes; Parâmetros; Base.

Caro(a) estudante: você tem aqui material variado e vasto, **não só para agora**. O Referencial é grande o bastante, mas, ao mesmo tempo, específico e amplo para as discussões que propomos. Aproveite ao longo do Curso, **não só agora**. Pesquise quem são ou quem foram os autores, professores, artistas que citamos. Você vai se surpreender e compreender mais ainda o que dizem.

Esperamos que este livro fomente discussões e ações para uma dança transformadora, mas para que isso aconteça, depende muito de você também. Cabe a você dar o tom que esses conhecimentos podem ter em suas ações.

Por fim nesta apresentação uma orientação para esta leitura! **Toda teoria é feita para prática, é fruto de prática. Ler, escrever são ações, são atividades.**

“É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática”. “... só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede”. (FOUCAULT 2004: 70 – 71. Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze).

***Refleta, sinta, pratique:***

***Este é um livro de Dança. “Ele precisa ser dançado”. Nosso convite é que você dance o que está escrito nele. Esta teoria nele apresentada é para você praticar, por isso este livro é tanto teórico, quanto prático.***

***Leia-o não só uma vez! Pois é como fazer dança: precisa estudar várias vezes.***

Bons estudos e pesquisas!

E não nos esqueçamos que estamos em contato!





## Mini currículo dos Professores

**LENIRA PERAL RENGEL** (professora ministrante da disciplina) é professora na Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia e coordenadora do Mestrado em Dança e do Curso de Especialização Estudos Contemporâneos em Dança. Possui graduação em Direção Teatral pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo -ECA/USP, mestrado em Artes pela Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp/SP e doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP. É Especialista na Arte de Movimento de Rudolf Laban (estudou 22 anos com uma aluna de Laban, a professora Maria Duschenes). É líder do Grupo de Pesquisa Corponectivos: Dança/Artes/Interseções. Dá aulas de balé e variadas técnicas, da Arte do Movimento, aulas de Prática da Dança na Educação (estágio), Introdução à Dança como Tecnologia Educacional, Estudos do Corpo, Estudos Críticos Analíticos em Dança, aulas na Especialização de Questões Contemporâneas do Corpo e Introdução à Teoria do Conhecimento e aulas no Mestrado de Dança e Cognição, Elaboração de Projetos, Tirocínio Docente e Seminários Avançados. Dá aulas, cursos e palestras para estudantes e professores em outras Universidades e Instituições e Espaços de Arte e Cultura.

**ANTRIFO RIBEIRO SANCHES NETO** Professor da Escola de Dança da UFBA desde 1994, dançarino, coreógrafo, produtor e diretor de cena. Graduado em Dança pela Folkwang Hochschule (Alemanha), Mestre em Artes Cênicas e Doutor em Educação pela UFBA, foi dançarino da Companhia Dance Berlin, da Companhia Viladança e do Balé Teatro Castro Alves, do qual é Diretor Artístico desde 2015. Participou como ator, coreógrafo e assistente de direção de inúmeras montagens teatrais e espetáculos musicais. Foi coordenador do Colegiado dos Cursos de Graduação em Dança da UFBA, chefe de departamento e conselheiro da antiga Câmara de Ensino de Graduação e do atual Conselho Acadêmico de Ensino e membro do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Coordenou a criação de cursos superiores de dança na UFBA (licenciatura

presencial noturno, licenciatura a distância e área de concentração em dança do bacharelado interdisciplinar em artes). Atualmente é coordenador geral do Curso de Licenciatura em Dança EAD/UFBA.

**ANA ELISABETH SIMÕES BRANDÃO (BETH RANGEL)** Doutora em Educação pela FAGED UFBA. Graduada em Dança pela UFBA. Professora da Escola de Dança da UFBA desde 1979, atuando nos campos de Processos Criativos e no eixo pedagógico, nas disciplinas Dança como Tecnologia Educacional e em orientação a estúdios. Na UFBA atuou em diversos cargos de gestão e coordenou a Reconstrução Curricular do Curso de Licenciatura da UFBA, em 2001. Com vasta experiência em projetos comunitários, foi consultora pedagógica do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. De 2007 a 2014 foi diretora da Escola de Dança e do Centro de Formação em Artes da FUNCEB-SECULT-BA. É coordenadora do Colegiado noturno do Curso de Licenciatura em Dança da UFBA, desde março de 2015. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Arte no Currículo: convênio entre a UFBA e a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (2015-2017), e integrante do Programa de Extensão Trânsitos: experiências artísticas como processos de aprendizagem (2016-2017). Líder do Grupo de Pesquisa ENTRE: Artes e Enlaces.

**RITA FERREIRA DE AQUINO** Artista e educadora em dança, pesquisa práticas colaborativas em contextos artísticos e educativos, arte participativa, estética relacional e mediação cultural. Professora da Escola de Dança e do Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Artes Cênicas, Mestre em Dança e Especialista em Estudos Contemporâneos em Dança pela UFBA, Licenciada em Dança pela Faculdade Angel Vianna. Vice-coordenadora do Projeto de Pesquisa Arte no Currículo: convênio entre a UFBA e a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (2015-2017), e integrante do Programa de Extensão Trânsitos: experiências artísticas como processos de aprendizagem (2016-2017). Colabora com o Festival Internacional de Artes Cênicas da Bahia (FIAC) desde 2011 na Coordenação das Atividades Formativas e contribui com a curadoria do Festival desde 2016. Coordenadora pedagógica do Mediação FIAC e Mediação Cultural, ambos programas de formação em artes cênicas (2013-2014). Coorganizadora do Seminário Internacional de Curadoria e Mediação em Artes Cênicas do FIAC desde 2014. Líder do Grupo de Pesquisa ENTRE: Artes e Enlaces. Dentre seus trabalhos artísticos recentes destacam-se os espetáculos de dança *Looping: Bahia Overdub*, *Feitocal* e a intervenção urbana {pingos&pigmentos}.



## UNIDADE 1

### 1.1 UMA APRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE TECNOLOGIA

As palavras têm uma longa história e há ramos do conhecimento que tratam delas. A etimologia é um deles. Ela trata do estudo gramatical da origem e história das palavras.



#### Glossário

Gramática orienta e regulamenta o uso da língua, estabelecendo um padrão de escrita e de fala.

A etimologia trata de saber do lugar de onde surgiram as palavras e sua transformação ao longo dos anos. Etimologia vem do grego e se preocupa com os étimos que são vocábulos (ou termos) que originam outros. De modo geral uma palavra conhecida tem um significado e é derivada de alguma outra palavra, que pode pertencer a outro idioma ou a uma língua que já foi extinta.



#### Sabendo um pouco mais

O Latim é uma língua em desuso há muitos anos. Ela é responsável pela formação de inúmeras palavras do Português, Espanhol, Italiano, Francês, por exemplo. Essas línguas são chamadas de línguas latinas. Mas as chamadas línguas anglo saxônicas também usam termos e/ou palavras em Latim.

Você sabe que não é apenas do Latim que construímos nosso vocabulário da língua falada no Brasil. Temos muitos termos da língua Tupi-Guarani, por exemplo, com abacaxi ou Copacabana.

Mas... você sabe que as palavras não são só palavras! Costumamos ouvir que “as palavras têm poder”. Elas são ações no mundo, no ambiente. Elas são conceitos que geram modos de agir. Então, quando falamos Dança, por exemplo, ao que lhe remete?



## Reflexão

Sim. Reflita sobre o que pode lhe significar a palavra Dança.

Bem, uma palavra, que gera uma imensa revolução e que é muito usada atualmente tem uma história. Esta palavra é tecnologia. Seu étimo vem da língua grega téchené, significando técnica, arte, ofício, habilidade e logia (também do grego), significando estudo, palavra, tratado, conhecimento.



## Comentário

“As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras. E, por isso, as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras” (BONDÍA, 2001, p. 21).

Muitas palavras são inventadas no curso da história e evolução da espécie humana, como “internauta”, por exemplo. Muitas são deslocadas do seu conceito inicial e se mesclam em outros contextos, como por exemplo: “axé”, ou “rapaz”, ou “massa”, ou “cara”, ou “interatividade”, ou “híbrido”, ou “tecnologia”. Isso faz parte do processo de relações e comunicação entre as pessoas. Assim, tecnologia não é um termo criado nos tempos atuais. Ela não trata só de máquinas, ferramentas, computadores, celulares, naves espaciais, por exemplo. Ou seja, a tecnologia não é apenas relacionada à informática. Podemos falar de tecnologia nutricional, espacial, industrial, tecnologia da economia, da manufatura (que tem a ver com feitura de produtos artesanalmente e com divisão de trabalho, ou seja, do que cada um faz).

A tecnologia é, portanto, uma teoria geral ou um estudo organizado (e/ou sistemático e sistematizado) de métodos, de técnicas, de processos, meios, ferramentas (e/ou instrumentos) de ocupações ou domínios das ações humanas – a ciência, a agricultura, a cultura, a arte são ações humanas. A tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos, da mais ampla gama, e o uso deles, para auxiliar na transformação, resolução, construção e facilitação de problemas e/ou questões.



## Glossário com Reflexão

Um movimento de dança pode ser uma questão, um problema.

Usamos na Arte e na Dança, mas também na Filosofia o termo problematização para o fato de problema como sendo uma questão a se resolver, a se estudar. Problematização é um modo de se voltar para objetos, situações, conceitos comuns, convenções, com um distanciamento necessário para que haja uma reflexão do que seja certo ou errado, feio ou bonito, normal e anormal, por exemplo. No caso da Dança há inúmeras hierarquias, discriminações, maneiras de ensinar, de dançar que devem ser problematizadas. Não é mesmo? Problematizar é um ato de questionamento, um ato de reflexão.

Questionar, problematizar deve apontar caminhos, pode ser uma ação transformadora. Ou seja, a tecnologia com seu conjunto de conhecimentos ajuda nas problematizações ao criar descobertas, novas pesquisas, aberturas a pensamentos, ideias, sentimentos, disposição a compartilhamentos.

Em outras palavras: o conjunto de conhecimentos que envolvem uma tecnologia nos provocam reflexões que nos tornam capazes de transformar o mundo porque desenvolvemos habilidades para problematizá-lo.

## 1.2 EXPANSÃO DO CONCEITO DE TECNOLOGIA: TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Como você já está se familiarizando, o termo tecnologia tem um sentido mais expandido e, assim, portanto, tecnologia educacional não trata apenas de utilização de computador, vídeos, filmes, tablets, dentre outros, na sala de aula.





## Comentário

“A imprecisão e impropriedade como a que se verifica na nomeação de um conceito como o de Tecnologia Educacional não é meramente uma questão semântica. Passa, afinal de contas, a se constituir em um reducionismo, obstruindo possibilidades efetivas na elaboração de aulas e processos educacionais mais consistentes e ricos (CARVALHO NETO; MELO, 2011, p. 1).



## Glossário

O étimo de semântica vem da língua grega *semantiká* que significa sinal. De uma forma geral, a semântica estuda os significados e as interpretações de palavras.

Como já apresentamos anteriormente e aqui reforçamos, o prefixo *tecnho* do grego, de *téchne*, significa “arte, habilidade”, e se documenta em alguns compostos formados no próprio grego, como *tecnologia*, a partir do século XIX. O sufixo *logia*, do grego *lóg[o]* significa “palavra, estudo, tratado”, e além de se documentar em alguns compostos formados no próprio grego, como *astrologia*, é introduzido na linguagem científica internacional a partir do século XIX (CUNHA, 1982).

O conceito de tecnologia (como qualquer conceito) se relacionou e se relaciona às concepções que se renovaram a cada tempo e que marcaram mudanças na compreensão do termo no campo da educação, como apresentamos no tópico 1.1. Assinalamos o tempo em que esteve limitado, quase que exclusivamente, aos recursos audiovisuais, ao apoio à ação do professor ou como tecnologia avançada. Esta última expressão se referindo ao rádio, televisão, cinema, computador, satélite, que sugeria a substituição progressiva do professor pelo programa. Em seguida, o termo passou a designar teorias da aprendizagem, voltando todo o enfoque para a ação do aluno, surgindo, então, a instrução programada individual, os módulos de ensino, a engenharia da instrução.

Em 1980, o pesquisador e educador Manuel José Gomes Tubino (1984), a partir de busca de resoluções inovadoras para os problemas educacionais nos trouxe uma definição de tecnologia educacional como uma abordagem científica e incorporadora de novas teorias,

princípios, conceitos e técnicas do planejamento, implementação e avaliação. O educador Tubino articulou essa conceituação ao posicionamento de Vitor Guédez (1987), que se contrapôs ao significado coisificante e mecânico, do termo tecnologia, associado à Educação. Defende esse modo de pensar (e agir) por compreender que não se está falando de uma interferência pontual e esporádica em determinada circunstância, mas sim, de interferência que envolve uma dimensão mais ampla.

Dando mais ênfase a esta questão, esse mesmo autor reforça o emprego da expressão tecnologia educacional como parte de um todo coerente que representa o compromisso da educação com os objetivos de uma realidade pretendida e que transcende o aspecto instrucional. A expressão tecnologia educacional favorece processos formativos que permitem o desenvolvimento de esquemas de sensibilização e criatividade, de onde a aprendizagem se põe em direção ao autodesenvolvimento.

Vitor Guédez (1987) formulou uma definição de tecnologia educacional, deve-se entender também como: conjunto de processos, métodos e técnicas para tratar questões da prática educativa, além de contribuir com a dinâmica da aprendizagem, conforme as direções de um desenho acadêmico-curricular, inscrito e comprometido com um projeto histórico-pedagógico.

Os autores Cassiano Zeferino de Carvalho Neto e Maria Taís de Melo propõem que criar soluções para um problema gera conhecimento e que uma tecnologia é uma solução, dentre muitas possíveis. Afirmam ainda – como você mesmo leu no significado de tecnologia – que ela expressa o conhecimento de uma arte, ou de uma habilidade, ou de um ofício. Então é importante atentarmos para o plural! Não existe uma tecnologia e sim tecnologias (lembre-se que falamos de tecnologia espacial, da agricultura, da economia).

Ao desenvolverem suas argumentações sobre o conceito de **tecnologia educacional** Carvalho Neto e Melo apresentam três elementos que compõem o que esta seja. Vamos a eles?

1. Mídias – Mídia quer dizer meio. Mídias são os meios, os recursos materiais. Podemos aqui elencar alguns deles: giz, lousa ou quadro, data show, computador, televisão, projetor, laboratórios, barras de dança, colchonetes, bolas, cabos de vassoura, palitos, bolas de sabão, elásticos, barbantes, celulares, chinelos para marcar um espaço na sala de aula, e, mais muito mais.



## Comentário

As mídias, ou meios, ou recursos não são tecnologia! São instrumentos, materiais de apoio. São, sem dúvida, componentes indispensáveis para uma tecnologia educacional.

As coisas, os objetos precisam da relação educacional que envolve socialização e/ou interação entre pessoas, relação crítica, analítica, convivência das diversidades. (Atenção para a formação)

2. Publicações – Publicações são os livros, mas também há outras formas de reunir conhecimentos, informações, saberes, como os softwares, por exemplo. Um livro traz histórias reais e imaginárias, ensina sobre a vida, a terra, a sustentabilidade, as danças, as desigualdades. Um livro afeta a você, a nós profundamente. Ele pode transformar histórias, mundos, ideologias. Pode mudar o modo de ensinar.

Os *softwares* (programas, aplicativos, entre outros) mesmo sendo manipulados e/ou sendo mídias têm uma proposta de quem os formulou, do que se quer expressar. Demonstram ideias, contribuem para ações que podemos fazer, ensinar, ou dançar, por exemplo.



## Reflexão

A partir dos autores Carvalho Neto e Melo (2011) sobre software como ferramenta, mas também com um tipo de publicação de conhecimentos, podemos pensar o mesmo para um pendrive com músicas para uma aula de Dança. Quais músicas você escolhe? Você pensa nas letras? Se elas desvalorizam o gênero feminino, por exemplo, você as analisa com seus alunos ou colegas?



## Análise

Assim como as mídias, as publicações, segundo Carvalho Neto e Melo (2011), não são tecnologia educacional, mas também, sem dúvida são indispensáveis para que esta ocorra.

Agora o terceiro elemento para uma tecnologia educacional:

3. Mediação – Mediação tem seu étimo no Latim *mediare*, significando intervir, intermediar. A mediação é um ato de intermediar algo, no caso do ensino o que se quer ensinar, seja uma dança ou matemática, por exemplo. Carvalho Neto e Melo (2011) buscando exemplificar este conceito apontam como até o final do século XIX “a prática pedagógica valorizava uma mediação extremamente discursiva do professor” (p. 5). Até que, segundo os autores, chegou um quadro pendurado na parede em tom verde ou preto que veio para mudar a postura do professor (e da Instituição) que teve que se movimentar e sair do seu púlpito.



## Análise

Novamente, assim como as mídias e as publicações, a mediação, segundo Carvalho Neto e Melo (2011), não é tecnologia educacional, mas também, sem dúvida é indispensável para que esta ocorra.



## Reflexão

Lembre-se que no livro de “Elementos do Movimento na Dança” tratamos de cognição e dança como ação cognitiva do corpo. Revisite o livro! A mediação é também um processo cognitivo, ou seja, um processo de conhecer, de perceber, de analisar o que ocorre conosco, com outros e com o que colocamos ou captamos do ambiente (ou contexto).



## Problematização

Você consegue agora (sem voltar no texto) lembrar quais são os 3 elementos que compõem a Tecnologia Educacional segundo Cassiano Zeferino de Carvalho Neto e Maria Taís de Melo. Se conseguiu, (ou mesmo que tenha voltado ao texto) você seria capaz de pensar em exemplos de cada um desses elementos?

Você lembra que estamos também falando da transformação das palavras? Atualmente, mediação é um termo muito utilizado e, na nossa língua Portuguesa falada no Brasil, não devemos confundir-la com mídia. As mídias, os meios podem servir para mediar algo, mas eles não são a mediação, eles são os meios, os recursos do processo da mediação.

Outro ponto importante a se refletir sobre palavras e o que elas significam, é que estamos muito acostumados a falar “professor mediador” ou “professora mediadora”. Também, em geral, vamos a uma exposição de arte (instalação, performance, pintura, escultura, dança, etc.) e tem um “mediador(a)”. Bem o que vamos argumentar aqui é que **1)** não só o professor é mediador! Sim, isso mesmo. **2)** O estudante também é mediador. E, ainda mais, **3)** o conhecimento ou objeto (balé, geografia humana, dança negra, geometria analítica) que está sendo apresentado também é mediador na relação que se estabelece. E **4)** o lugar, o ambiente onde ocorre a mediação é também parte deste processo.



## Comentário

“... a tese nuclear desse texto referente ao entendimento de mediação, que é a de tê-la como um domínio de ações que se dá na tessitura de: 1. o objeto mediado; 2. a(s) pessoa(s) e suas representações, crenças e conhecimentos envolvida(s) nesse processo de acesso à aprendizagem e/ou sensibilização intelectual de um dado fenômeno; 3. a(s) pessoa(s) e suas representações, crenças e conhecimentos que tem um dado grau de expertise do dado fenômeno e 4. o contexto cultural, social e/ou artístico de referência (DARRAS, 2009). A partir desse diagrama é importante fazer atenção para o fato de a mediação ser um domínio de ações. Portanto, se há um professor mediador há que necessariamente se entender que há um aluno mediador, um objeto que se dá a ver/perceber/analisar também mediador e sem dúvida um ambiente mediador” (RENGEL, 2011).

No processo educacional não existe, portanto, só o professor como mediador. (continuamos a enfatizar a figura do professor sobremaneira, se pensarmos que só ele ou ela é mediador). Sem dúvida, o professor, de modo geral, tem momento da sala de aula, ou curso, ou palestra uma expertise, um conhecimento a compartilhar. Mas o aluno media (intermedia) esse conhecimento, inclusive com seus atributos biológicos e/ou físicos. Se o aluno usa óculos, ou tem a audição baixa, ou dependendo de seu repertório de conhecimentos, de movimentos o que o professor ensina será para cada um formulado de um modo. O próprio conhecimento, ou informação (balé, maracatu, eutonia, quadrilha) é

um mediador. Ele traz junto um mundo nele, uma intermediação plena de conceitos, conhecimento consolidado ou em construção. O ambiente, o lugar onde o processo de mediação também é fundamental no processo! Ele media conjuntamente as relações interpessoais, o próprio conhecimento. A Escola de Dança ou Escola de ensino formal fica em uma região perigosa? A escola é plena de recursos, de mídias? É arejada? Os livros são acessíveis? Há árvores na Escola?



## Comentário

“De fato alterações substanciais em uma dada Tecnologia Educacional ocorrem na medida que a incorporação efetiva de mídias e publicações acontecem por ação mediada. Nesta perspectiva a inserção de novas mídias dedicadas à educação pode trazer re-significados conceituais e operacionais pedagógicos, pressupondo a tomada de consciência dos mediadores, contando com suas competências e habilidades para a gestão dos processos de ensino-aprendizagem” (CARVALHO NETO; MELO, 2011, p. 8)



## Sabendo um pouco mais

Aprofundando ainda o conceito de mediação, fala-se muito de mediação artística, como uma tarefa executada pelo professor e/ou por artistas educadores que vêm se especializando com pesquisas e estudos sobre essa ação nos mais diversos contextos.

No campo educativo ressaltamos o papel da mediação artística na intermediação da obra, do produto estético e dos estudantes. Ela age como processo da experimentação estética articulada a processos de formação, o aluno não é o único responsável pela compreensão desta complexa rede de associações, o papel do professor é fundamental neste percurso, o próprio conhecimento e lugar e/ou contexto onde se dá a mediação.

A prática da mediação deve estar atrelada a processos artísticos, educativos, culturais ou comunicacionais, mas em qualquer um desses

não se pode perder de vista os contextos sociais, políticos e econômicos que os contêm, implicados sempre em um olhar crítico. Práticas de mediação apenas instrumentais devem ser evitadas para assumir um engajamento político, técnico e expressivo, que supõe o reconhecimento da complexidade social que deve interferir e se projetar no ambiente e nas expressões artístico-culturais.

Ressalvamos a delicadeza tanto intelectual quanto emocional que é a ação de mediação de um processo como o da fruição de uma obra de arte ou de uma aula de arte, no nosso caso a Dança, envolvendo dimensões sutis do processo de aprendizagem.

Como mediador o professor necessita de habilidades básicas e específicas. É grande a sua responsabilidade nesta caminhada, no processo de apreciação e contextualização da obra junto aos estudantes. Uma orientação sensível pode abrir caminhos possibilitando a ampliação e aquisição de novos conhecimentos.

## RETOMANDO CONCEITOS:

### UMA SÍNTESE DO QUE FOI ESTUDADO ATÉ AQUI

A *Association for Educational Communications and Technology (AECT)*, Associação para Tecnologia de Comunicação Educacional afirma que a tecnologia educacional é o estudo e prática ética para contribuir com o aprendizado e com desempenho por meio de recursos tecnológicos. Aqui retomamos nosso sentido de tecnologia, como arte, ofício, habilidade. Um recurso tecnológico pode ser uma pedra, um pedaço de pau e um de cipó (fez-se um martelo), um pergaminho, uma lousa, um computador. Um ponto muito importante nesta definição é o de que a **Tecnologia Educacional não é uma ferramenta, é um estudo e uma prática, mas, sobretudo é uma prática ética** (HLYNKA; JACOBSEN, 2009).

RECONHECIMENTO DA ARTE  
COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

RECONHECIMENTO DA DANÇA  
COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

O TERMO **TECNOLOGIA**  
NO CAMPO DA EDUCAÇÃO, ESTEVE LIMITADO  
QUASE QUE EXCLUSIVAMENTE,  
AOS RECURSOS AUDIOVISUAIS,  
**DE APOIO À AÇÃO DO PROFESSOR**

EM SEGUIDA O TERMO REFERIU-SE  
À **TECNOLOGIA AVANÇADA: RÁDIO, TELEVISÃO, CINEMA,**  
**COMPUTADOR, SATÉLITE,** QUE SUGERIA A  
**SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DO PROFESSOR PELO PROGRAMA**

### **TRANSFORMAÇÃO**

A **TECNOLOGIA EDUCACIONAL**  
PODE TAMBÉM SER ENTENDIDA COMO:  
CONJUNTO DE PROCESSOS, MÉTODOS E  
TÉCNICAS PARA TRATAR QUESTÕES DA **PRÁTICA EDUCATIVA**

CONTRIBUIR TAMBÉM COM  
A DINÂMICA DA APRENDIZAGEM,  
CONFORME AS DIREÇÕES DE UM **DESENHO**  
**ACADÊMICO-CURRICULAR,** INSCRITO E  
COMPROMETIDO COM UM  
PROJETO **HISTÓRICO-PEDAGÓGICO**



A PRÓPRIA ORIGEM DA PALAVRA “TECHNÉ”,  
 COMO ARTE APLICADA, JÁ INDUZ A  
 UM CONCEITO MAIS AMPLO: O DE  
 “UTILIZAÇÃO SISTEMÁTICA DE CONHECIMENTOS  
 CIENTÍFICOS OU NÃO, EM SITUAÇÕES OU  
 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

E, NESTE MOMENTO, A ARTE COMO  
 UMA **TECNOLOGIA EDUCACIONAL**

**DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL**

### 1.3 CONTEÚDOS CONCEITUAIS, PROCEDIMENTAIS, ATITUDINAIS

Atualmente a **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**, homologada pelo MEC em dezembro de 2017 e que todo(a) aluno(a) de licenciatura deve ter conhecimento, é a referência para as três etapas da Educação Básica no Brasil (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96) passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, intenta o desenvolvimento da criança em suas dimensões física, psicológica, intelectual e social. Essa etapa de ensino acontece em creches e pré-escolas. Eles são chamados de espaços institucionais não domésticos. São responsáveis pela educação e cuidado das crianças de 0 a 5 anos de idade, em jornada integral ou parcial. Têm em sua importante função complementar a ação da família e da comunidade.

#### O QUE É A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC):

“É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) **a Base deve nortear os currículos** dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como **também as propostas pedagógicas** de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, **em todo Brasil**.

A Base estabelece **conhecimentos, competências e habilidades** que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma **sociedade justa, democrática e inclusiva**” (BRASIL, 2017, fonte <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 30 de junho de 2018).

Entretanto é muito importante que você tenha conhecimento dos **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs**, publicados em 1997 e que, como o próprio nome diz, serviram de parâmetros para o que foi ensinado na Escola, até há bem pouco tempo (levando-se em referência a publicação deste livro, em 2018). Ao lermos a proposta dos PCNs perceberemos nessas palavras intenções de educadores comprometidos com um ensino que não limitasse os conteúdos à necessidade e sim à conquista da liberdade para criar. E devemos compreender a criação, em qualquer campo do conhecimento, como um agente da reflexão e transformação. E, ao mesmo tempo, compreender o lugar da criatividade como uma organização, como proposição.



## Sabendo um pouco mais

### Sobre os PCNs

“Conjunto de textos, cada um sobre uma área de ensino, que serve para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Os PCNs não constituem uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas, mas são propostas nas quais as Secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino.

Os PCNs estão articulados com os propósitos do Plano Nacional de Educação (PNE) do Ministério da Educação (MEC) e, dessa forma, propõem uma educação comprometida com a cidadania, elegendo, baseados no texto constitucional, princípios para orientar a educação escolar. Dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos,

participação e corresponsabilidade pela vida social são algumas de suas balizas.

De acordo com os autores dos PCNs, estes “foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”. Assim, os PCNs deixam de lado os “velhos conteúdos programáticos, distantes do cotidiano das massas”, para oferecer aos alunos condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens e conquistas tecnológicas e científicas. Segundo seus autores, com os PCNs “não se enfatiza mais a assimilação dos conteúdos em si, mas a máxima agora é “aprender a aprender”, para que os alunos assim possam acompanhar o ritmo vertiginoso do progresso”.

Uma das maiores inovações atribuídas aos PCNs é a orientação sobre os chamados temas transversais, assim nomeados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Esses temas abordam valores referentes à cidadania e são eles: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. A ideia da eleição desses conteúdos é oferecer aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida” (MENEZES; SANTOS, 2001).

Um educador César Coll (1996) (**faça consulta sobre ele**) contribuiu para os PCNs no que se refere à sua conceituação do que sejam “conteúdos”. Outro importante educador Antoni Zaballa (1996) (**consulte sobre ele**) também fez parte do grupo de educadores no mundo todo que repensaram os conteúdos curriculares, os processos de ensino/aprendizagem, nos anos 1980 e 1990. Essas reflexões reverberaram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96) e por isso referenciaram os PCNs. Sabemos que qualquer professor, qualquer que seja sua área, trabalha com “conteúdos”, por isso é muito importante essa reflexão. Conteúdos são escolhas que são feitas do que se quer ensinar, em qualquer área. Todavia os conteúdos têm que ter sua significação ampliada, no sentido de que não se trata apenas do que ensinar, mas por que ensinar. Por exemplo: Por que ensinamos determinada dança? Por que sabemos? E quais seus objetivos

artísticos-educacionais? Um conteúdo ou conteúdos têm objetivos e quais deveriam ser eles? Pensaram os educadores, entre eles, estes que citamos, que os conteúdos não deveriam ser apenas conceitos e fatos, ou informações, embora extremamente necessárias. Junto a informações e conceitos a Escola deveria ter como preocupação, de fato, a aprendizagem do estudante e, sobretudo, uma aprendizagem significativa e não alheia ao contexto, à sociedade. Assim os conteúdos voltaram-se e voltam-se a uma proposta crítica e reflexiva com relação ao todo da pessoa, do estudante um todo (lembre-se do que você vem estudando em relação a questões não dualistas do corpo). As indagações para os conteúdos passaram a ter as seguintes características:

Conceitual (ou factual) – o que se deve aprender?

Procedimental – o que se deve fazer?

Atitudinal – como se deve ser?

Vamos continuar a apresentar esses conteúdos para que você tenha conhecimento deles e saber que, embora não explicitamente colocados na BNCC atual, eles continuam a dar indicações para os currículos da Educação Básica no Brasil:

“Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017).

Como temos afirmado, em disciplinas do nosso Curso e também em **Dança, Corpo e Contemporaneidade e Elementos do Movimento na Dança**, há estudos e pesquisas comprovados acerca dos modos como pensamos, sentimos, agimos, como as Ciências Cognitivas. Assim, destacamos que, apesar de apresentar os **conteúdos**, um a cada vez, eles **são inseparáveis**. Nosso processo cognitivo, como você já sabe, não é somente intelectual, ele envolve todo nosso processo de percepção, como tato, cheiros, impressões, movimentos.

Segue uma explanação sobre os conteúdos, reafirmando a necessidade de sabê-los indissociáveis nos processos de ensino/aprendizagem:

**Conteúdos conceituais (e/ou factuais)** - São os relacionados com conceitos, ideias, opiniões, ideologias e aos fatos e acontecimentos históricos, nomes, manuais, códigos (como os de danças, por exemplo). Conceitos não se aprendem sozinhos, são experimentações, são práticas em ação, por isso apenas exposição ou memorização não dão conta da aprendizagem.

Em geral, os conteúdos conceituais são aqueles que aparecem mais frequentemente nos planos de curso e planos de aula.

**Conteúdos procedimentais** – Pensar nos procedimentos como conteúdo é algo novo para muitos educadores. Conteúdos procedimentais envolvem ações e enfatiza o que se aprende a fazer: ações corporais, técnicas de dança, ler, analisar, caligrafia, habilidades, procedimentos. Mas... pense bem, não dá para se dançar sem ter noção de que dança é, sem noção do conceito e/ou da proposta da dança. Por isso procedimento não se separa do conceito ou conceito não se separa do procedimento.

Muitas vezes, no ensino/aprendizagem, conteúdos procedimentais são confundidos com metodologia, que como você verá mais adiante, é um caminho para se chegar a um objetivo ou finalidade. Entretanto, metodologias podem se transformar em conteúdos quando a intenção é ensinar/aprender como ela é feita. Aqui vai um exemplo: promover a experiência de alunos de licenciaturas na realização de seminários (que é um método de aprendizagem) transforma o seminário em conteúdo procedimental, já que os alunos aprendem como se desenvolve um seminário.

**Conteúdos atitudinais** – Orientados às atitudes, normas, valores, à convivência/como trabalhar em grupo, respeito à diversidade, solidariedade, desenvolver o prazer pelos estudos e pesquisas, ética.

Aprender a ser um bom mediador nos processos de ensino/aprendizagem, a dialogar com os alunos, a ser flexível, a respeitar as diferenças, a possuir uma postura ética, são exemplos de conteúdos atitudinais. Isso tudo pode ser ensinado/aprendido.

Infelizmente, muitas Escolas desconsideram esses conteúdos, ou até mesmo não os consideram conteúdos. Atitudes têm relação com conceitos que nos ensinam e com procedimentos que fazemos, não é mesmo? Por isso não se separa conceito de procedimento, de atitude.

Assim: **conceito/procedimento/atitude/conceito/procedimento.**

A partir de Coll (1996) podemos sintetizar:

**Conteúdos conceituais (e/ou factuais)** – correspondem ao ensino/aprendizagem do conhecimento socialmente produzido;

**Conteúdos procedimentais** – objetivos e meios para resultados, ações, procedimentos;

**Conteúdos atitudinais** – correspondem aos aspectos filosóficos e políticos da Escola. Permeiam os procedimentos e conceitos de sentidos, de significação.



## Reflexão

Que tipo de professor(a) de dança eu sou ou serei? Como me colocarei diante da turma? Quais serão minhas atitudes como professor(a)? Que tipo de aluno eu gostaria de formar? Cidadãos obedientes ou cidadãos críticos capazes de refletir, problematizar e transformar? O que ensinar para meu aluno? Como transformar meu aluno de dança em um sujeito atuante e atento ao mundo?

### 1.4 OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO convidou, entre março de 1993 a setembro de 1996, uma comissão para refletir sobre a Educação para o século XXI e escrever suas ponderações em um relatório que se tornou um livro, sobre a coordenação de Jacques Lucien Jean Delors (**faça consulta sobre ele**). A comissão apresentou estudos, argumentos, ensaios sobre a transmissão de conhecimentos, a qualidade do ensino, a comunicação, a efemeridade e quantidade das informações propagadas. Ela (a comissão) propôs que uma nova educação deveria orientar os alunos a saberem fazer escolhas, a estarem preparados para resolver problemas tanto na vida, quanto na Escola, quanto na Arte. A comissão considerou também que é preciso não só resolver problemas particularmente, mas também saber agir coletivamente e discutiu acerca de como estimular a curiosidade, o interesse dos estudantes. As discussões alcançaram a formulação do que se denomina mundialmente de “Os quatro pilares da Educação”. São considerados, como os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como aprendizagens fundamentais para a vida.

São eles “Os quatro pilares da Educação”:

Aprender a conhecer

Aprender a fazer

Aprender a conviver

Aprender a ser

**Aprender a conhecer** faz menção à busca pelo conhecimento, ao mover a aprender; **Aprender a fazer** aponta as ações, as habilidades (quais forem e em que graus forem); **Aprender a conviver** ressalta o respeito à diversidade, à convivência de pessoas e ideias múltiplas; e **Aprender a ser** menciona a compreensão de si, a autorreflexão, a capacidade e introspecção.



## Reflexão

Você, com certeza, deve trabalhar com “os pilares”, como também com os “conteúdos” na dança que faz ou ensina. Apenas, talvez, sem essas referências. Você consegue identificar alguns desses aspectos na sua relação cotidiana com o ensino/aprendizagem da dança?

Como você já sabe, “Os quatro pilares da Educação” devem ser reconhecidos em unicidade, sem sobreposição de um ao outro, efetivando, assim, a educação como uma experiência global da pessoa, e/ou das pessoas. “Os quatro pilares” ensinam e ensinam que a pessoa enquanto membro de uma sociedade não deve ser um fim econômico. O importante é seu desenvolvimento por toda a vida, em continuidade, com um conjunto de conhecimentos e atitudes para ter respeito ao ambiente em seu amplo sentido, humano, animal, geográfico, respeito às culturas e tradições, para saber estar aberto a mudanças.

Jacques Delors (2012) sintetiza “Os Quatro Pilares da Educação”: **Aprender a conhecer**: ter meios para compreensão; **Aprender a fazer**: ter meios para agir no ambiente em seu entorno; **Aprender a conviver**: aprender a viver junto, a fim de cooperar, em toda gama de atividades e **Aprender a ser**: ter meios para o autoconhecimento, pilar/aprendizagem que integra todas as outras(os).

### Aprofundando mais:

**Aprender a conhecer** – A pessoa (o estudante, o dançarino) ser ativo na construção do conhecimento. Ter interesse nas informações, estar liberto do desconhecimento, memorizar, interpretar.

**Aprender a fazer** – A pessoa (o estudante, o dançarino) experienciar os conhecimentos. Saber também ter meios para a profissão, saber fazer relações entre conhecimentos e em ação.

**Aprender a conviver** – A pessoa (o estudante, o dançarino) aprender a lidar com o outro, desenvolver compreensão e aceitação para as diferenças, respeitá-las. Saber lidar com adversidades para um bem comum social.

**Aprender a ser** – A pessoa (o estudante, o dançarino) desenvolver um pensamento crítico autônomo, para um sentido ético e estético. Construir maturidade, perseverança, elaborar metas, lidar com desejos e possibilidades.



## Reflexão

Aprender a ser gera autonomia e emancipação (revisite o livro **Elementos do Movimento na Dança** para refletir e problematizar esses conceitos como maior aprofundamento)



## REDE DE RELAÇÕES COM OS “QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO”

Diretrizes Jacques Delors	IDEIA BÁSICA	Conceitos e inter-teorias
APRENDER A SER	CORPO/SUJEITO	<p>Corpo como natureza e cultura – corpomente – corponectivo</p> <p>O corpo em movimento é a matriz da comunicação e do conhecimento.</p> <p>Não há nada que esteja em um pensamento que não esteja como sensório-motor, ou seja, quem dá início ao processo de comunicação é o movimento.</p> <p>Corpo e ambiente produzem uma rede de predisposições perceptuais, motoras, emocionais no aprendiz.</p> <p>Sua implicação no meio é inevitável e fundamental para o que daí surge como linguagem (verbal, não verbal).</p>
APRENDER A ESTAR E CONVIVER NO MUNDO	AMBIENTE/ CONTEXTO	<p>CONTEXTO BIO-SOCIO-CULTURAL-POLÍTICO</p> <p>O contexto está sempre mudando, porque o conjunto de coisas que o forma também se transforma.</p> <p>As experiências são fruto de nossas interações com os ambientes por meio das ações de se mover, manipular objetos, comer e de nossas interações com outras pessoas, em termos sociais, políticos, psicológicos, econômicos, religiosos, entre outros.</p>
APRENDER A FAZER	INVESTIGAÇÃO DE METODOLOGIAS	<p>Experiência artística e experimentação estética.</p> <p>Mediação.</p> <p>Práticas Compartilhadas</p> <p>OUTRAS.....</p>
APRENDER A CONHECER	REFERÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO APARTIR DA VISÃO EMANCIPATÓRIA E ATUAL....	<p>Inter-teorias.</p> <p>Corpomídia</p> <p>Mediação cultural, social, artística</p> <p>Conhecimento Emancipatório</p> <p>Arte/Dança como Tecnologia Educacional</p> <p>OUTRAS.....</p>

Ilustração: Camila Moraes

## REDE DE RELAÇÕES – “QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO” E “CONTEÚDOS CONCEITUAIS, PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS”

PILARES	DIMENSÕES
Aprender a ser	Dimensão pessoal e atitudinal Corpo/sujeito Identidades Questões subjetivas
Aprender a estar e conviver no mundo	Dimensão relacional e Atitudinal Convivência
Aprender a fazer	Dimensão procedimental: Técnicas, práticas...
Aprender a conhecer, aprender a aprender	Dimensão conceitual: Teorias, conceitos, informações...

Ilustração: Camila Moraes

## 1.5 UMA INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS DE: EDUCAÇÃO; ENSINO/ APRENDIZAGEM; PEDAGOGIA E DIDÁTICA E METODOLOGIA; MÉTODOS E TÉCNICAS

Estudante, definições de conceitos se transformam constantemente porque há sempre mais contribuições de estudos e pesquisas, maturidade e experiências dos estudiosos. Há muitos e muitos livros sobre esses conceitos-eixo para suas aulas de Dança, para sua Licenciatura em Dança, para que você tenha referências que ampliem seus conhecimentos didáticos. Como estamos argumentando e vamos ainda argumentar, a Dança não é apenas uma formação no ofício, ou seja, aprende-se a dar aula apenas dando aula. Como temos discutido, é muito importante essa formação no fazer, mas não a única dimensão do ensinar.

Nas Referências apresentamos alguns autores e autoras da área da Educação e da Dança, mas você pode pesquisar outros.

Lembre-se também que a Dança não está apartada das discussões educacionais, filosóficas, pedagógicas. Então, não é o caso de levar a Dança para a Educação, ou a Educação para a Dança, são conhecimentos que estão no mundo, ambos com suas importâncias. Ambos “estão para”, estão conectados com o sinal /.

Cada um dos conceitos (que são permeados de procedimentos e atitudes e buscam levar aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) são aqui abordados de modo introdutório. Visamos lhe fornecer uma abertura e fundamentos para o campo educacional com e em Dança.

Como você já estudou no livro **Referências Conceituais para uma Pedagogia da Dança**, não existe **Educação** neutra.



### Reflexão

Retome as indicações e conhecimentos sobre Educação no livro **Referências Conceituais para uma Pedagogia da dança**.

## EDUCAÇÃO

A Educação expressa uma filosofia, uma posição política, no sentido em que temos que tomar posição, fazer escolhas. Por isso a Educação tem sempre uma concepção filosófica. A Filosofia expressa uma ideia da pessoa, do mundo, assim a Educação é reflexo de uma concepção de vida. A Educação forma um conjunto de saberes, informações e conhecimentos entre pessoas e sociedade, sendo a Universidade parte também desta rede.



### Sabendo um pouco mais

#### Sobre Informação, Saber, Conhecimento

Atualmente vivemos permeados de informações a todo o tempo. Em tempos de outrora também, apenas as informações demoravam um pouco para chegar até em quem as esperava. Somos muito vulneráveis à informação, mas elas não são necessariamente conhecimento. As informações são imprescindíveis, pois informam as pessoas sobre o que está acontecendo em todos os lugares do mundo. Há um objetivo para que existam, pois são através delas que as pessoas desenvolvem e formam o senso crítico, a opinião. A questão é como formar conhecimento a partir das informações, o que nos fica? Assim, informação não é conhecimento, mas ela é a base para a construção dele. O saber é marcado pelo fazer. Por exemplo, o que adianta o professor de Dança, ter muito conhecimento, mas não saber ensinar.

A Educação, portanto, é uma ampla atividade social, dada de diversas maneiras, para cada povo, para cada cultura e/ou etnia. Junto com a cultura a Educação busca manter valores, costumes, crenças que vão sendo passados e transformados de uma geração à outra. Nesse processo, a pessoa, o estudante vai formando sua identidade, configurando identificações, suas características e aprende a viver em sociedade.



### Sabendo um pouco mais

O sociólogo português Professor Boaventura de Sousa Santos (2007) faz uma distinção entre identidade e identificação. Ele nos ensina que não devemos nos apegar a “identidades-fortaleza” e sim a “identidades-ameba”. Essas “identidades-ameba” seriam as que se mesclam e

procuram se relacionar com outras identidades, seriam as “identificações em curso”. Por exemplo, às vezes existe uma demanda por uma dança contemporânea, mas ela deve se abrir de sua identidade total e perceber que pode haver uma dança contemporânea negra ou indígena e que nenhuma delas pode se reconhecer amplamente na “identidade principal” dança contemporânea. Há autores muito importantes que tratam do assunto “identidade”, entre eles Stuart Hall (**consulte sobre ele**).

## ENSINO e EDUCAÇÃO

Vamos continuar a estudar um pouco mais sobre o conceito de Educação, mas junto a ele temos que abordar o conceito de **Ensino**. Educação e Ensino, embora não sejam termos sinônimos, não existe um sem o outro. **O Ensino é o processo que faz com que a Educação ocorra**. Ele se dá, principalmente, nas chamadas instituições: Escolas, Universidades que tratam da formação escolar. O Ensino é uma forma sistemática (organizada) pela qual se educam as pessoas em uma determinada sociedade. Há, felizmente, um grande material referente aos modos de como ensinar, objetivos, metas.

Você vai perceber a estreita ligação entre esses conceitos-chave que apresentamos. Em estudos do étimo de **educar** encontramos que veio do Latim *educare*, que por sua vez, veio de raiz indo-europeia e derivado de *ex*, significando instruir, conduzir, guiar para fora. Ou seja, pode ser tanto guiar-se a si mesmo para fora, como para fora, no mundo.

Em estudos do étimo de **ensinar**, do Latim *insignare*, encontramos *in* significando gravar, colocar uma marca e *signum* significando marca, sinal.

## ENSINO/APRENDIZAGEM

Estudante, lhe apontamos, novamente, o livro Referências Conceituais para uma Pedagogia da dança. Nele você tem argumentações para compreender sobre **aprendizagem**. Perceba também que não há **ensino sem aprendizagem** e também **aprendizagem sem ensino**. Por isso o sinal /, “estar para”.

Apresentamos algumas considerações das propostas do conceituado professor, educador e escritor José Carlos Libâneo (1994) sobre ensino em correlação à aprendizagem. Ele propõe que o **ensino** deva estimular o processo de aprendizagem dos alunos. O **ensino** é um processo, uma estrutura que tem, por meio de conteúdos e metodologias o objetivo de aprendizagem do estudante que ele obtenha conhecimento. E para conhecer é preciso refletir, analisar, experimentar, treinar, dialogar, discutir em grupo (**pense na Dança**), por

isso a relação ensino/aprendizagem não é mecânica, não é mera memorização. O **ensino** deve contribuir com os conteúdos que modifiquem, colaborem para ação crítica do estudante. Aí sim haverá uma **aprendizagem** significativa. Ensino não é uma transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende, é uma relação recíproca (lembre-se do que falamos sobre **mediação**, os “quatro pilares” e os tipos de conteúdo).

## PEDAGOGIA

**Pedagogia** tem origem no étimo grego *paidagógós*, significando escravo encarregado de conduzir as crianças à escola, preceptor de crianças, pedagogo. É encontrado esse termo no Latim também como *paedagogus*, significando o que dirige crianças, aio, pedagogo, preceptor, mestre, diretor.

A Pedagogia é entendida como uma ciência ou disciplina do ensino. Estuda diversos temas relacionados à educação, nos seus aspectos teórico-práticos. Ela procura auxiliar o processo do ensino com o fim de auxiliar a aprendizagem, por meio da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos.

Você, estudante, deve se lembrar de pedagogias que orientaram a sua formação na Educação Básica, ainda que não se lembre dos termos. Ao conhecer tendências pedagógicas, você terá condições de avaliar suas fundamentações em sala de aula de Dança, ou nos seus ensaios.

Fazemos menção ao respeitado e reconhecido, nacional e internacionalmente, educador Paulo Freire (**consulte sobre ele**). Em um dos seus livros, de sua vasta, profícua e fundamental bibliografia “Pedagogia da Autonomia” o professor tem uma máxima (uma afirmação) disseminada não só no Brasil: “Ensinar não é transferir conhecimento”.



### Comentário

#### Não há docência sem discência

Paulo Freire critica as formas de ensino tradicionais. Defende uma pedagogia fundada na ética, no respeito, na dignidade e na autonomia do educando. Questiona a função de educador autoritário e conservador, que não permite a participação dos educandos, suas curiosidades, insubmissões, e as suas vivências adquiridas no decorrer da vida e do seu meio social. Coloca vários argumentos em prol de um ensino mais democrático entre educadores e educandos, tendo em vista que

somos seres inacabados, em constante aprendizado. Todo indivíduo, seja educador ou educando, deve estar aberto a curiosidade, ao aprendizado durante seu percurso de vida. Nesse sentido destaca a importância dos educadores e suas práticas na vida dos alunos. Atitudes, palavras, simples fatos advindos do professor poderão ficar marcados pelo resto da vida de uma pessoa contribuindo positivamente ou não para o seu desenvolvimento. Enfatiza a cautela quando o assunto é educar, pois educar é formar. Destaca a importância do educador e sua metodologia. Ressalta que o educador deve estar aberto também a aprender e trocar experiências com os educandos, pois a vivência dos educandos merece respeito. Em seus métodos atuais enfatiza que a curiosidade dos educandos é um aspecto positivo para o aprendizado, pois é um fator importante para o desenvolvimento da criticidade. O ensino dinâmico desenvolve a curiosidade sobre o fazer e o pensar sobre o fazer. Paulo Freire destaca a necessidade do respeito, compreensão, humildade e o equilíbrio das emoções entre educadores e educandos em seus métodos de ensino.

### **Ensinar não é transferir conhecimento**

No capítulo 2, Paulo Freire aborda a questão da ética entre educador e educando. Discursa sobre a prática de ensinar. “Ensinar não é transferir conhecimento”, é respeitar a autonomia e a identidade do educando. Para passar conhecimento o educador deve estar envolvido com ele, para envolver os educandos. Deve estimular os alunos a desenvolverem seus pensamentos. Fornece argumentos mostrando que desta forma é possível o desenvolvimento da crítica. Ele se volta para a teoria do pensar certo. Constata as diferenças de forma de tratamento às pessoas em relação ao seu nível social. Educar é também respeitar as diferenças sem discriminação, pois esta é imoral, nega radicalmente a democracia e fere a dignidade do ser humano. Qualquer forma de discriminação deve ser rejeitada. Aborda alguns conceitos que são necessários para o desempenho do bom ensino tendo por consequência maior aproveitamento no aprendizado. A ética, o bom senso, a responsabilidade, a coerência, a humildade, a tolerância são qualidades de um bom educador. Ele também aborda a questão do professor defender seus direitos e exigir condições para exercer sua docência, pois dessa forma estará exercendo sua ética e respeito por si mesmo e pelos alunos.

### **Ensinar é uma especificidade humana**

No capítulo 3 Paulo Freire aborda o tema da autoridade do educador. É muito importante a segurança e o conhecimento do professor para se fazer respeitado. Distingue a autoridade docente democrática da autoridade docente mandonista. Protesta em relação à minimização da população mais carente quanto à imposição de colocá-los em situações ditas como fatalisticamente imutáveis pela sociedade mais favorecida, com o objetivo de obter alienação, resignação e conformismo. Traça argumentos a favor da recriação de uma sociedade menos injusta e mais humana. Aponta que o professor exerce uma grande importância para que haja um movimento de mudança social. Delineia algumas atitudes de atuação do professor em sala de aula que podem fazer florescer uma nova consciência aos futuros educandos. Mostra que há necessidade de decisão, ruptura e escolhas para alcançar os objetivos. Como professor crítico impõem a decência e a ética como fatores qualitativos para obter o respeito dos alunos, e estes acompanhá-los. Os professores têm uma séria responsabilidade social e democrática. Estes devem abstrair-se da sua ignorância para escutar os educandos, sem tolhê-los. Indica que há uma necessidade de mudanças na postura dos profissionais para enfim colaborar com a melhoria de condições e qualidade de vida, e assim desarticular qualquer forma de discriminação e injustiça, pois a educação é uma especificidade humana que intervém no mundo. Traça aspectos necessários aos educadores para dar oportunidade aos educandos de desenvolverem sua criatividade, o senso de crítica, respeito e liberdade. Demonstra que a pedagogia da autonomia deve estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e responsabilidade. Critica as atividades consideradas anti-humanistas. Discute também sobre a intervenção da globalização que vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza de milhões. A preocupação com o lucro deixa a desejar as questões de ética e solidariedade humanas. Inclusive, Paulo Freire cita que o desemprego no mundo não é uma fatalidade como muitos querem que acreditemos e sim o resultado de uma globalização da economia e de avanços tecnológicos, deixando de ser algo a serviço e bem-estar do homem.

A obra de Paulo Freire “Pedagogia da Autonomia” pode ser base de conhecimento para a vida. É um livro de conteúdo valioso que ensina a praticar



Nas práticas educacionais faz-se útil esse conhecimento. Como pedagogos temos que partir do princípio que somos seres incompletos, que precisamos estar em busca de novos conhecimentos, sejam eles técnicos, práticos ou através das pessoas que convivemos ou que passam por nosso caminho. Para sermos respeitados temos que ter segurança no conhecimento. Pedagogo é uma profissão que está atrelada a um conjunto de práticas sociais e éticas ligadas aos seres humanos, na maioria das vezes em situações de fragilidade física e/ou emocional. Dessa forma necessitamos de segurança no conhecimento que adquirimos para passar confiança àqueles que de nós necessitam. O pedagogo(a) confiante no que faz traz segurança àqueles que cuidam e administra.

Além de todo o conhecimento técnico científico, o bom pedagogo deve saber administrar sua equipe de forma democrática com autonomia e autoridade respeitando as vivências adquiridas de sua equipe como um todo e individualmente. Deve haver o respeito, a compreensão, humildade e o equilíbrio das emoções entre pedagogos e professores, equipe e clientes para o desenvolvimento de um ambiente amistoso, edificado na responsabilidade, bom senso, coerência e humildade. Deve dar oportunidade a sua equipe de desenvolver a criatividade, a capacidade de decisão e responsabilidade.

A pedagogia também está envolvida com aspectos econômicos-sociais culturais, por isso é necessária uma boa conscientização desse profissional para a obtenção de resultados positivos a serviço do bem-estar do Homem. Ele deve abster-se de qualquer forma de discriminação sendo um ser neutro nessa particularidade, tratando todos com igualdade, pois, está centrada na clientela. Por esse motivo faz-se necessário que todos sejam aliados na luta por uma assistência de qualidade e acessível a toda população. Educação é um direito de todos.

A pedagogia também exerce um importante papel na educação. Envolvida nas medidas que possibilitam a compreensão da importância de suas ações. É importante que esses profissionais estejam inteirados e integrados com o conhecimento seguro para passar confiança e credibilidade, utilizar meios de linguagem de fácil compreensão para entendimento da população, ouvir, aceitar críticas, dar liberdade de opinião a essas pessoas tão discriminadas pela sociedade e tão carentes de atendimento. Dessa forma, envolver os cidadãos na

conscientização de seus direitos, para que façam que as autoridades tomem as devidas providências.



## Conclusão

O conhecimento adquirido através da obra de Paulo Freire é com certeza um fator auxiliador no desenvolvimento das práticas educacionais e de vida.

Esta obra é um convite ao exercício da auto avaliação e conscientização de valores sociais, respeito, da forma de educar e de agir.



## Sabendo um pouco mais

Compreensão, ética e responsabilidade

Através deste livro obtemos a certeza de que devemos lutar pelos nossos direitos, com o objetivo de viver e fazer outros viverem dignamente. É uma obra que merece respeito tanto de educadores, educandos, e também todos os envolvidos com o comprometimento de mudar para melhor, de contribuir para a conscientização de um mundo melhor.

É um alerta para o aperfeiçoamento como indivíduos e cidadãos. Ter competência para atuar com segurança. Ter humildade para aprender. Ter compreensão para escutar, ter carinho para doar amor. Ter autoridade para se fazer respeitar com democracia.

É um estímulo que deve ser aperfeiçoado todos os dias. Fazer o que se gosta. Batalhar pelo que se quer. Defender o que ou quem necessita.

Questionar o que vem sendo a nossa vida, e mudar para melhor. De contribuir para uma sociedade mais benevolente e justa.

Fazer como Paulo Freire preocupar-se, lutar para fazer a diferença.

Pois a grandeza de um Homem não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência de que não sabe e está disposto a aprender!

## DIDÁTICA

**Didática** também tem origem no étimo grego *techné didaktiké*, significando arte ou técnica de ensinar. Deriva do verbo grego *didasko* que significava ensinar ou instruir. A didática é um ramo da pedagogia que trata dos preceitos que orientam a atividade educativa, trata da técnica de ensinar. Tanto **Pedagogia** bem como **Didática** têm o sentido de orientação, guia, condução, direção.

D'Ávila e Ferreira (2018) definem que concepções pedagógicas reúnem fundamentos didáticos da prática docente, a saber: compreensões sobre os processos de ensinar e aprender, objetivos educativos e didáticos, organização e mediação de conteúdos, métodos e avaliação da aprendizagem. Esses saberes, segundo as autoras, são necessários à ação docente, pois dizem respeito ao próprio exercício do ensinar. Dizem respeito aos elementos anteriores à aula, como planejar e pesquisar; aos elementos no ato da aula, como organizar e orientar a turma, interagir com os estudantes, mediar conteúdos e dizem respeito aos elementos pós-aula, como avaliar, planejar novamente.

## PEDAGOGIA E DIDÁTICA E METODOLOGIA

Isabel Marques, professora doutora, pesquisadora de Dança, escritora (**consulte sobre ela**) diz que se formos criteriosos em relação aos termos não deveríamos dizer “o professor não tem didática”, pois estamos muito mais falando de **Metodologia**, do que de **Didática**.



### Comentário

“A Didática é um dos ramos da Pedagogia, ciência da Educação. O estudo da Didática se funda em situar e analisar a prática pedagógica em seus aspectos teórico-práticos. O objeto de estudo da Didática são os processos de ensino e aprendizagem, os princípios necessários para mediação e articulação entre o “como”, “o que” e “por que” ensinar. A Didática compreende, assim, o estudo dos objetivos, dos conteúdos, das metodologias, dos processos de avaliação, das relações professor-aluno nos processos de ensino-aprendizagem.

A metodologia de ensino é uma das subdivisões da Didática que corresponde a “como” um professor organiza seus caminhos para ensinar. Grosso modo, podemos comparar a metodologia de ensino adotada pelo professor a uma estrada escolhida por ele para chegar a algum lugar: suas perspectivas, intenções e princípios norteadores. Nessa comparação, se a metodologia é a “estrada”, a Didática seria o “mapa” completo do território que situa o contexto geográfico da estrada” (MARQUES, 2010, p. 189).

Isabel Marques ao desenvolver suas reflexões sobre “comprar um pacote pronto” de dança, chama a atenção para o fato de não se separar o conteúdo, por exemplo, balé clássico, de um modo de ensinar tradicionalista. De modo geral, a tradição do balé vem com um mesmo procedimento, estilo de ensino do professor, proposta metodológica. Embora as afinidades se conectem, é muito importante saber, estudante, a partir da referência em Marques (2010) que uma aula de dança contemporânea pode seguir uma tendência pedagógica tradicionalista, com cópia e repetição, mesmo que o professor tenha um estilo dialógico, ou uma aula de balé pode seguir uma pedagogia libertadora. Os saberes ou os conteúdos a serem ensinados não são determinantes para uma metodologia de ensino. Importante ressaltarmos uma analogia que Isabel Marques também desenvolve. Ela chama os procedimentos ou procedimentos metodológicos de estratégias de meios de transporte, ou seja, se a metodologia é a estrada, os procedimentos de sequência da aula, as atividades, as análises de um DVD são os meios (carro, barco, carroça, etc. que vão andar na estrada).

## MÉTODOS E TÉCNICAS

Uma discussão muito frequente em Dança é sobre método e técnica, sendo, em geral, o método caracterizado como algo mais livre e a técnica como sendo algo codificado, mais solidificado. Mas, reflita estudante que não é sempre assim. Por vezes método é apresentado como um caminho com metas, finalidades. Porém, um caminho pode ter várias saídas, variadas possibilidades. Segundo a professora e crítica de Dança, Helena Katz (2009) ambos os conceitos se referem a se fazer coisas, inclusive dançar. Ela afirma que criar dicotomias entre método e técnica é reforçar separações que não existem de fato no ato de dançar.



## Comentário

“Afinal, dominar bem uma técnica de dança não significa dançar bem, pois a técnica é aceita como condição necessária, mas não suficiente. Depois da técnica, “há que superá-la”, no jargão tradicional.

O que seria essa “superação” senão a conquista do método próprio de lidar com o conhecimento advindo da técnica? E o que seria o domínio dos princípios gerais senão a estabilização de formas do fazer – um correlato aos passos de dança, portanto?” (KATZ, 2009, p. 31).



## UNIDADE 2

### 2.1 DANÇA COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL – ARTE COMO TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O conceito da Arte como Tecnologia Educacional – e no nosso caso especial a Dança como Tecnologia Educacional – é cheio de sentidos, guardando ensinamentos que se fizeram reconhecer pelo diálogo e pela convivência com a diversidade e também com as diferenças de sujeitos e de contextos (ou ambientes). Neste conceito, caro estudante, a Dança e a Arte se aliam ao processo de revisão e transformação da prática de educação, aguçando a sensibilidade, a percepção, estimulando encontros e propiciando essas (re) construções. A Dança como uma tecnologia educacional torna-se elemento estratégico e estruturante para a configuração de novas formas de se fazer/sentir/pensar em processos criativos e educativos com relevos sociais e culturais, atuando como atrativo de campos e redes de conhecimentos. Tem possibilidade de estimular o convívio e a aceitação de novas estratégias conceituais, atitudinais e procedimentais.

Reconhecendo a complexidade da realidade posta e da expectativa de uma educação integral, no sentido de integração propostos nos “Quatro pilares da Educação” trazemos a Dança e a Arte como tecnologia educacional, agindo como um elemento *convocante*, como estratégia metodológica e como princípio organizador de um fazer/sentir/pensar do ato pedagógico.



#### Reflexão

Acreditamos que pensar a Dança e Arte como Tecnologia Educacional é uma ação fundamental para a formação do professor de Dança. No currículo do nosso curso você terá a oportunidade de focar e acessar essas informações durante três semestres.

Lembramos que, em breve, você experimentará a primeira etapa do Estágio Curricular e as reflexões promovidas e iniciadas nesta disciplina serão muito importantes para encarar todo o período do estágio.

Não é demais repetir que a Arte, como área de conhecimento, vem oferecendo no nosso país um potencial de articulação e mediação com outras áreas afins, em especial com a educação. A observação e análise demonstram que esses diálogos têm gerado construção de novas informações que são articuladas e contextualizadas na abordagem de temas e questões relevantes ao sujeito e à sociedade contemporâneos.

Cabe acreditar, continuar a investigar e se engajar em processos colaborativos. Nesse sentido, profissionais, em especial educadores, estudantes e artistas, podem e devem buscar se reconhecer no outro. Esse reconhecimento se dá a partir de um olhar atento às pesquisas, aos trabalhos, às aulas e à produção gerada pelo que e com quem se identifica, mas também com o que e de quem se difere. Assim se exercita complementariedades, estimulando a organização de redes inter, multi e transdisciplinares e redes dialógicas de relações e conhecimentos.



## Comentário

“Temos de chegar à teoria da arte por meio de um desvio. É que a teoria diz respeito à compreensão, ao discernimento, não sem exclamações de admiração e sem o estímulo da explosão afetiva comumente chamada de apreciação. É perfeitamente possível nos comprazermos com as flores, em sua forma colorida e sua fragrância delicada, sem nenhum conhecimento teórico das plantas. Mas quando alguém se propõe a conhecer o florescimento das plantas tem o compromisso de descobrir algo sobre as interações do solo, do ar, da água e do sol que condicionam seu crescimento” (DEWEY, 2010, p. 61).

## Bases para a configuração do conceito de arte como tecnologia educacional.

Desde o início do século XX, entre as décadas de 1920 e 1930, John Dewey, importante educador e filósofo americano, com legado que é referência no século XXI, argumentava que deveria haver uma abordagem metodológica diferenciada na educação. Propôs que se recorresse à uma pedagogia ativa em oposição à aplicação de metodologias tradicionais da pesquisa científica. Seguindo essa corrente, trazemos aqui um olhar sobre processos de criação artística, com Nachmanovitch (1993) que afirma a existência em

todas as formas de expressão da arte uma unidade de experimentação que, sem dúvida, pode ser considerada como ponto de partida, ou mesmo prática processual de produção e criação de conhecimentos.

Luigi Pareyson (1977), filósofo italiano, estudioso de questões da estética, considera, nesta mesma direção, que o artista constrói o seu método no decorrer do seu processo, devendo estar atento a referências que vão sendo incorporadas, como novas contribuições durante toda a sua trajetória.

Retomando aqui as reflexões sobre o conceito de tecnologia educacional abordadas na Unidade I, é importante destacar o pensamento emitido por, ainda em 1986. Ele já assinalava a preocupação com o viés da transformação, possibilitando a interface da tecnologia educacional com três elementos fundamentais da ação humana: uma opção filosófica, uma contextualização social da ação e o uso de princípios científicos e instrumentos técnicos de transformação.

Passaremos agora a considerações sobre o termo tecnologia acrescido aos contextos educacionais e artísticos. A professora Beth Rangel (2015) busca de maneira cuidadosa, compreender, traduzir e ressignificar o conceito de tecnologia educacional como uma possível rede de conhecimentos construída coletivamente, em que a arte se faz presente como área de conhecimento capaz de aglutinar outras áreas. Há de se considerar que essa ideia, aliada a outros ensinamentos, revela princípios artísticos educativos orientadores, que podem nos impulsionar a novas construções metodológicas. Assim, neste movimento, Beth Rangel formulou o conceito de Arte como Tecnologia Educacional. E, por extensão, a professora pesquisadora cunhou Dança como Tecnologia Educacional.



## Comentário

Assim, caro estudante, a arte como tecnologia educacional é entendida como estratégia de contaminação para possível diálogo, articulação e complementaridade, a partir de vestígios de ensinamentos da arte e da estética imbrincados na educação.

Os processos que envolvem a criação artística, e que se engajam na proposta aqui apresentada, estabelecem vias de mão dupla. Ao tempo em que artistas e educadores se diferenciam enquanto sujeitos, sutilmente se aproximam e se complementam, enquanto pesquisadores. Interferindo, assim, na maneira de como, melhor, e mais criativamente, participam dialogicamente da sociedade. O convívio e a aceitação, em relação a modos



de ser e conviver favorecem para a aquisição de estratégias atitudinais e procedimentais, repercutindo não só no público alvo, como na trajetória de cada um.

## Dança como Tecnologia Educacional: projetar e agir em emancipação

Pensar em uma educação que tenha como eixo de aprendizado o corpo e os conceitos de “redes” e “conexões” em suas bases é um caminho para as novas tecnologias educacionais.

Como já apresentado em outras disciplinas do nosso curso, a concepção de “corporemente” rompe com o pensamento fragmentado e com a noção de instâncias estanques de atuação humana. Reconhece a pessoa integrada em suas diferentes instâncias, funções, e dimensões de vida, com percepção e compreensão de si e do mundo.

Para se configurar o processo de desenvolvimento de Dança como Tecnologia Educacional e *Arte como tecnologia educacional*, há que se lidar com conhecimentos diversificados que esse conceito requer. Eles vêm de procedências diversas e envolvendo diferentes pesquisadores (artistas, educadores, filósofos e cientistas sociais e cognitivos). A experiência artística/estética se torna um eixo de confluência e oferece o potencial de agir como atrativo de diferentes atores, assim como de conhecimentos diversos. Porém essa diversidade constitui a especificidade da potência agregadora que é a Dança como Tecnologia Educacional e a Arte como Tecnologia Educacional



### Comentário

No potencial de ação da Dança e da Arte como tecnologia educacional insere-se a abordagem de dimensões de natureza subjetivas da condição humana, a exemplo da sensibilidade, da criatividade, da flexibilidade, da curiosidade, do respeito ao novo e ao diferente. Estes elementos presentes e recorrentes na experiência artística suscitam aprendizagens que se efetivem nas dimensões dos campos do desenvolvimento do aprender, do conhecer, do ser e do conviver.

Esses fatores estão também relacionados à construção das identificações e identidades, da autoestima e da convivência, possibilitando ao sujeito uma valoração da sua condição enquanto cidadão, importante para si, para o outro e para a sociedade. Nesse aspecto somam-se outros ganhos, em direção à aquisição de competências básicas atitudinais, nomeadas como duráveis, expressas através das capacidades de motivar, trabalhar

coletivamente, e aceitação, como condições que se retroalimentam com as dimensões da sensibilidade, criatividade e flexibilidade humanas.

Para tanto, a formulação do conceito de **Arte como Tecnologia Educacional** visa proporcionar o trânsito de relações pessoais nas redes de conhecimentos, tendo como mediadores artistas-educadores, pedagogos, estudantes, especialistas das áreas da educação, artes e outras afins. Compromete-se assim, com um conhecimento construído no trânsito de relações e redes, oriundas também, das ciências sociais, dos novos estudos em torno das ciências cognitivas, das diversas linguagens artísticas, mediando participação e diálogo entre seus agentes.

Propomos a compreensão da arte, enquanto experiência estética, ação política, capaz de estimular e promover processos de participação, mobilização, produção e emancipação social que repercute em outras formas de pensar/sentir/agir no trato da educação.

Esperamos que as ações da Dança como Tecnologia Educacional e da Arte como Tecnologia Educacional alimente-se de energia que possa iluminar a compreensão da necessidade de formação de sujeitos – em especial de professores. Sendo esses professores como corpomídia (KATZ; GREINER, 2005) que se apresentam como matriz de comunicação, capazes de inserção nas contínuas mudanças sociais, artísticas e políticas com ações que projetem uma emancipação social.

## 2.2 Dança campo de conhecimento e como área de conhecimento

Para refletir sobre a Dança como campo de conhecimento são lançadas aqui algumas perguntas preliminares: O que é um campo? O que o caracteriza? Como ocorre seu processo de constituição?

Questões como essas foram tratadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930 - 2002). A farta obra de Bourdieu, composta por dezenas de livros e artigos publicados, contribuiu significativamente para a formação do pensamento sociológico do século XX. Suas reflexões estiveram predominantemente comprometidas com o estudo dos modos subjacentes de dominação que se encontram operando no meio social, destacando a preocupação em explicitar as relações de poder que aí se inscrevem.

Bourdieu desenvolveu suas ideias propondo uma teoria da ação, que deve ser compreendida enquanto um posicionamento no próprio campo das ciências sociais. Para o autor, a sociologia deveria possibilitar uma compreensão do mundo, não com o intuito de justificá-lo, mas sim de apreender suas estruturas e lógicas de funcionamento. Neste sentido,

o sociólogo propôs que um campo de conhecimento não existe como algo definido de antemão, mas, ao contrário, é uma construção social.

A palavra campo advém do latim *campus*, significando planície, terreno plano, campina cultivada, campo agrícola, campo para exercícios ou campo de batalha, campo para assembleia. Como podemos observar, o termo campo apresenta etimologicamente a ideia de um espaço de ação, ocupado, no qual os sujeitos estão em relação uns com os outros. O conceito de campo está, desta forma, ancorado em um princípio fundamental que permeia toda a obra do autor: o de que a realidade social é relacional. O estudo de um campo busca, portanto, a compreensão das dinâmicas que ali se apresentam.

Todos estes aspectos devem ser considerados em um estudo a respeito da constituição do campo da Dança. O conhecimento dos mecanismos oferece um olhar crítico para um espaço social estabelecido, cujas práticas possuem especificidades reconhecidas. Isto é, o capital em jogo, as formas de relação entre os agentes, a natureza das estratégias traçadas, os parâmetros de reconhecimento. Em suma, todas as dinâmicas de produção deste espaço que permitem seu reconhecimento pelos agentes deste e de outros espaços.



## Comentário

O campo – e o campo da Dança – é, portanto, uma forma de espaço social que desenvolveu sua autonomia, ou certa autonomia. Um processo que envolveu especialização, conquista de autonomia e consolidação e que dependeu e ainda do campo depende do amadurecimento das possibilidades de circulação, consumo e continuidade da produção. Ou seja, é fruto de uma construção, não é algo que se atribua ou determine.

Embora com inúmeras dificuldades o campo da Dança vem crescendo de modo notável no âmbito acadêmico. Temos uma Associação Nacional de Pesquisadores em Dança-ANDA, Programa de Pós-Graduação em Dança, Curso de Especialização, um grande aumento de Cursos de Graduação em Universidades Públicas e um Curso de Licenciatura em Dança na modalidade a distância da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Foi feito também um Mapeamento da Dança

O estudo da produção de pesquisa acadêmica em Dança a partir dos conceitos de campo e espaço social formulados por Bourdieu contribui para a discussão a respeito do reconhecimento da Dança como uma área do conhecimento.



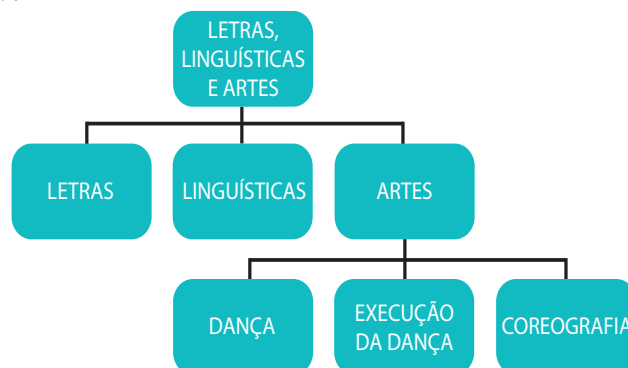
## Comentário

O termo “área de conhecimento” diz respeito especificamente à instância de produção de pesquisa acadêmica – a qual é desenvolvida predominantemente na Pós-Graduação.

A divisão das áreas do conhecimento no Brasil é realizada por duas fundações, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior-CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- de modo que cada qual formula de maneira autônoma uma tabela que contém “grandes-áreas”, “áreas” e “subáreas”, de acordo com os entendimentos de cada fundação.

A divisão das áreas do conhecimento está organizada de modo a apresentar vínculos e aproximações entre conhecimentos distintos por meio de uma estrutura arborescente. Sua finalidade consiste em distinguir e agrupar os produtos (dissertações, teses, artigos, comunicações) dos ambientes acadêmicos, em uma topografia que atende às necessidades de gestão administrativa, financeira e de acompanhamento da produção de pesquisa acadêmica no país. Trata-se, portanto, de uma função predominantemente pragmática e gerencial.

O reconhecimento de uma área do conhecimento certamente se sustenta sobre o grau de consolidação do campo, que envolve a quantidade de produção e o poder de seus agentes. O exame da situação da Dança nas tabelas de área de conhecimento da CAPES e CNPq exemplifica isso. Na CAPES, existe uma grande área denominada Letras, Linguística e Artes, que se subdivide nas três áreas: (i) Letras, (ii) Linguística, (iii) Artes. Segundo esta classificação, Dança corresponde a uma subárea de Artes, assim como “Execução da Dança” e “Coreografia”.



Organograma: Situação da Dança na Tabela de Áreas do Conhecimento da CAPES. / Ilustração: Camila Moraes

Quanto ao CNPq, segundo a tabela em vigência atualmente, existe uma grande área: Letras, Linguística e Artes, subdividida em: (i) Letras, (ii) Linguística, (iii) Artes. A área de Artes abriga a subárea Dança e, dentro dela, encontramos a Execução da Dança e Coreografia.



Organograma: Situação da Dança na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq. / Ilustração: Camila Moraes

De acordo com as contribuições de Bourdieu, embora a determinação da divisão das áreas possa parecer uma atribuição estritamente político-pragmática, possui também critérios e consequências. Desta forma, a divisão das áreas é determinada e determina o modo como a prática social da produção de pesquisa acadêmica ocorre.

Um campo se define quando seus produtos e todas as dinâmicas de produção deste espaço já atingiram certo grau de especificidade e autonomia que permitem seu reconhecimento pelos agentes deste e de outros campos. Da mesma forma, a discussão a respeito do reconhecimento da Dança como área do conhecimento deve basear-se nas características de seus produtos e modos de produção, já que este tipo de reconhecimento é conquistado em função do grau de consolidação do campo.

## 2.3 A Dança e seus respaldos legais – Leis;

### Diretrizes Curriculares, Parâmetros, Bases

O vasto campo da Dança, junto a questões educacionais, pedagógicas, políticas, sociais é, também, fundamentalmente estético. Há muitos livros e conhecimentos estabelecidos sobre estética. Queremos aqui pontuá-la como enraizada na nossa necessidade humana de dar sentido às muitas dimensões do que seja significação, como imagens, emoções, qualidades das cores, movimentos de dança improvisados, passos codificados, metáforas

que ouvimos, escrevemos ou falamos. Então, a nossa necessidade de dar significados (mesmo que não sejam verbais ou escritos) é estética. Este termo tem origem grega *aisthesis*, significando percepção, sensação, sensibilidade.



## Sabendo um pouco mais

Você, estudante, vai estudar que a experiência estética é um direito assegurado por lei!

Como cidadãos e cidadãos devemos saber que leis são normas, regras de uma sociedade ou sociedades. Elas devem emanar de toda a vontade de um povo e assegurarem direitos e deveres de cada membro de uma nação.



## Reflexão

No livro “Dança como Mediação Educacional para Diversidade e Ações Afirmativas 1” tratamos de cidadania.

Do conjunto de conhecimentos que um professor (e o artista) de Dança deve se apropriar, ou seja, que deve ter como parte de sua tecnologia educacional, as leis são respaldos (apoios, suportes) imprescindíveis. Suas reivindicações como classe profissional, suas solicitações por melhores espaços e reconhecimento da importância da aula de Dança no currículo escolar, sua propriedade e/ou segurança em falar sobre Dança e mesmo orgulho e dignidade em relação à sua profissão são perpassados pelo conhecimento de leis que podem ajudá-lo para estas atuações.

Sem dúvida, não você não precisa decorar leis! E sabemos muito bem que a “decoreba” não funciona... Como corpomente (como corponectivos) sabemos que é preciso vivenciar, entender o que palavras, conceitos, ideias e mesmo movimentos querem expressar. Propomos que você compreenda e, muito importante, que tenha senso reflexivo e crítico em relação a elas. Pense para que servem essas leis, se dão apoio às necessidades, se defendem as causas como as quais você, muitos colegas e estudantes se engajam, por exemplo. Reflita que, infelizmente, muitas vezes as leis ficam na “letra da lei”, isto é, uma escrita da norma, do direito e dever assegurados, entretanto não se fazem em ato.

Seguindo as concepções das leis temos as Diretrizes Curriculares. Em relação ao país como um todo temos as Diretrizes Curriculares **Nacionais** (DCNs) que são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são debatidas, elaboradas e determinadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Seguindo as leis e diretrizes tivemos a nos orientar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e atualmente em vigor (2018) a Base Nacional Comum Curricular. Ambos já foram abordados na **UNIDADE 1**.

**Vamos agora conhecer algumas leis, diretrizes e aprofundar o conhecimento sobre o que foram os PCNs e nos familiarizarmos com a BNCC, que respaldam a Educação, a Dança, o ensino da Dança.**

## LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB)

A **Lei de Diretrizes e Bases** da Educação Nacional, lei nº 9.394 é de 20 de dezembro de 1996, cujo presidente da República à época era o Senhor Fernando Henrique Cardoso e ministro de Estado da Educação era o Senhor Paulo Renato de Souza. Esta lei ainda está em vigor e vem tendo ao longo dos anos atualizações. Para o professor(a), para o estagiário(a) ou futuro estagiário(a) da Educação Básica, do ensino formal ela é material básico de consulta, pois ela trouxe grandes avanços para a Educação, tanto pública e particular, sendo que muito dela é acatado e, infelizmente certos preceitos não completamente, como, por exemplo, o estabelecido no Artigo 3º, Inciso “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Essa é uma sutileza a qual nos referimos por “letra da lei”... Sim, ninguém vai ser proibido do acesso à escola, mas muito não tem como ir ou mesmo permanecer. Pensamos que o Estado deve fazer completa ação para fazer cumprir esta “letra da lei”. Contudo, consideramos que é nosso papel, o seu, o de todo(a) professor(a) agir, engajarmo-nos, reivindicar, trabalhar para que esse e outros intentos fixados na “letra da lei” façam sentido significativo no mundo, na Educação, na Dança.

A **Lei nº 13.278/2016**, de 2 de maio de 2016 inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica. Estabelece um prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino promovam a formação de professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio. Ela foi sancionada à época da então presidenta da República, Senhora Dilma Rousseff e tendo como ministro de Estado da Educação o Senhor Aloizio Mercadante.

A Lei nº 13.278/2016 altera itens da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isto quer dizer que houve uma lei para que se inserisse na LDB o que se segue:

**LEI Nº 13.278, DE 2 DE MAIO DE 2016.**

Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. ....

.....

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

.....” (NR)

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEF

*Aloizio Mercadante*

*João Luiz Silva Ferreira*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 3.5.2016

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm)

As **Diretrizes Curriculares Nacionais** são normas obrigatórias para a Educação Básica que têm como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteados seus currículos e conteúdos mínimos. Assim, as diretrizes asseguram a formação básica, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), definindo competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Existem diretrizes gerais para a Educação Básica, mas cada etapa tem sua Diretriz



Curricular própria. Elas buscam que haja conteúdos básicos para todos(as) estudantes, mas levando em conta cada contexto. As diretrizes curriculares não visam interferir na autonomia da escola e da proposta pedagógica. É importante que cada Instituição elabore o seu currículo, de acordo com as áreas de conhecimento com as quais trabalha, mas seguindo preceitos gerais estabelecidos nas DCNs.

As Diretrizes Curriculares Nacionais trazem definições que determinam princípios, fundamentações e modos de proceder que orientam as escolas na organização e avaliação de suas propostas pedagógicas. Elas, como apontamos, têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala, no seu Artigo 8º, Inciso

“IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”.

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)

Com respeito à Resolução que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança, consideramos – para que você tome conhecimento, analise-o, reflita sobre ele e, se já o conhece, para que você o revise – necessário expor seu texto na íntegra:

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) - CÂMARA DE  
EDUCAÇÃO SUPERIOR  
RESOLUÇÃO Nº 3 DE 8 DE MARÇO DE 2004.(\*)**

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776/97, de 3/12/97 e 583/2001, de 4/4/2001, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Dança, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES 67/2003 de 11/3/2003, e 195/2003, de 5/8/2003, homologados pelo Senhor Ministro de

Estado da Educação, respectivamente, em 2 de junho de 2003 e 12 de fevereiro de 2004, resolve:

Art. 1º O curso de graduação em Dança observará as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas nos termos desta Resolução. Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso – TCC, componente opcional da Instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico. § 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Dança, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; VIII - cursos de pós-graduação lato sensu, nas modalidades especialização integrada e/ou subsequente à graduação, de acordo com o surgimento das diferentes manifestações teórico-práticas e tecnológicas aplicadas à área da graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional;

IX - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

X - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

XI - concepção e composição das atividades complementares;

XII - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em área

teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Os Projetos Pedagógicos do curso de graduação em Dança poderão admitir modalidades e linhas de formação específica.

Art. 3º O curso de graduação em Dança deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação para a apropriação do pensamento reflexivo e da sensibilidade artística, comprometida com a produção coreográfica, com espetáculo da dança, com a reprodução do conhecimento e das habilidades, revelando sensibilidade estética e cinesiologia, inclusive como elemento de valorização humana, da autoestima e da expressão corporal, visando a integrar o indivíduo na sociedade e tornando-o participativo de suas múltiplas manifestações culturais.

Art. 4º O curso de graduação em Dança deve possibilitar a formação profissional que revele competências e habilidades para:

I - domínio dos princípios cinesiológicos relativos à performance corporal;

II - domínio da linguagem corporal relativo à interpretação coreográfica nos aspectos técnicos e criativos;

III - desempenhos indispensáveis à identificação, descrição, compreensão, análise e articulação dos elementos da composição coreográfica, sendo também capaz de exercer essas funções em conjunto com outros profissionais;

IV - reconhecimento e análise de estruturas metodológicas e domínios didáticos relativos ao ensino da Dança, adaptando-as à realidade de cada processo de reprodução do conhecimento, manifesto nos movimentos ordenados e expressivos;

V - domínio das habilidades indispensáveis ao trabalho da Dança do portador de necessidades especiais, proporcionando a todos a prática e o exercício desta forma de arte como expressão da vida;

Art. 5º O curso de graduação em Dança deve contemplar em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes conteúdos interligados:

I - conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, as Ciências da Saúde e as Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Psicologia e Serviço Social, bem assim com as diferentes manifestações da vida e de seus valores;

II - conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Estética e com a História da Dança, a Cinesiologia, as Técnicas de Criação Artística e de Expressão Corporal e a Coreografia;

III - conteúdos Teórico-Práticos: domínios de técnicas e princípios informadores da expressão musical, envolvendo aspectos Coreográficos e de Expressão Corporal, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas com os Espaços Cênicos, com as Artes Plásticas, com a Sonoplastia e com as demais práticas inerentes à produção em Dança como expressão da arte e da vida.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Dança estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as instituições de ensino superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção e pré-requisito, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada Instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria Instituição de ensino superior, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens correspondentes às diferentes técnicas de produção coreográficas, do domínio dos princípios cinesiológicos, da performance, expressão e linguagem corporal, de atuação em espaços cênicos e de outras atividades inerentes à área da dança, nas múltiplas manifestações da arte e da vida.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de graduação em Dança, o estágio supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contento, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações

com o mundo do trabalho e com as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas, com as inovações tecnológicas, incluindo ações de extensão junto à comunidade. Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso-TCC é um componente curricular opcional da Instituição de ensino superior que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centradas em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamentação específica. Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir, no currículo do curso de Graduação em Dança, Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovado pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. As instituições de ensino superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contêm no processo do curso, observados em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando. Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e bibliografia básica.

Art. 11. A duração do curso de graduação em Dança será estabelecida em Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. Os cursos de graduação em Dança para a formação de docentes, licenciatura plena, deverão observar as normas específicas relacionadas com essa modalidade de oferta.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ÉFREM DE AGUIAR MARANHÃO

Presidente da Câmara de Educação Superior”

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03-04.pdf>

## Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram orientações separadas por disciplinas elaboradas pelo Governo Federal e não obrigatórias por lei. Eles visaram subsidiar e orientar a elaboração ou revisão curricular. Pensaram em pressupostos para a formação inicial e continuada dos professores. Propuseram questões para as linhagens pedagógicas relativas a cada Escola. Elaboraram parâmetros para a produção de livros e outros materiais didáticos e discutiram sobre avaliação do sistema de Educação como um todo. Os PCNs foram criados em 1997 com o intuito de referenciar a renovação e reelaboração da proposta curricular das escolas até o momento da definição das Diretrizes Curriculares.

Os PCNs tiveram como intenção oferecer ao estudante da Educação Básica pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania. Propuseram que tais recursos incluíam tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto as preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade.

“O objetivo dos PCN é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania”.

Fonte: [http://www.educacional.com.br/legislacao/leg\\_vi.asp](http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_vi.asp)

“No Brasil, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Esses parâmetros abrangem tanto a rede pública, como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos. Sua meta é garantir aos educandos o direito de usufruir dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania. Embora não sejam obrigatórios, os PCNs servem como norteadores para professores, coordenadores e diretores, que podem adaptá-los às peculiaridades locais. Os PCNs nada mais são do que uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino.

Por abrangerem inúmeros fatores, os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser utilizados com objetivos distintos, conforme o contexto em que a escola está inserida. Além disso, a forma como foi estruturado esse documento possibilita aos profissionais da educação iniciarem a sua leitura por diferentes partes, sem seguirem uma ordenação. No entanto, com o tempo, os educadores devem conhecê-lo, na íntegra, para poderem compreendê-lo e se apropriarem de sua proposta.

Em suma, os Parâmetros Curriculares Nacionais devem fazer parte do cotidiano da prática pedagógica, sendo transformados continuamente pelo professor. Com isso, cabe aos PCNs a tarefa de rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem, maneiras de avaliar, além da orientação dos professores para estes elaborarem um planejamento que possa, de fato, orientar seu o trabalho em sala de aula. Tudo para posicionar os educadores como agentes essenciais nessa grande empreitada que é o processo educacional”.

Fonte: <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo>

A **Base Nacional Comum Curricular-BNCC-Base**, como já abordamos é o novo documento orientador da Educação Básica. Você que está cursando o Ensino Superior deve ter familiaridade com ela, já que será professor(a), ou mesmo que seja é um documento recente. Como processos dinâmicos Educação, Ensino, Pedagogias, Didáticas, Metodologias se modificam e as argumentações acerca deles também. Por isso é bom estudarmos com atenção, reflexão e crítica aprofundada essas estipulações.

**A partir da fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> seguem excertos da BNCC (Base):**

- “... é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”.



## Comentário

### MODALIDADES DE ENSINO

“Classificação dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, a determinadas formas de educação que podem localizar-se nos diferentes níveis da educação escolar (educação básica e educação superior). São modalidades de ensino, segundo a LDB: Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial.

Dessa forma, por exemplo, a educação de jovens e adultos pode ser ofertada como ensino fundamental ou médio. A educação especial, por sua vez, tanto pode acontecer na educação infantil, como nos demais níveis da educação básica e da educação superior” (MENEZES; SANTOS, 2001).

- “ Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas de ensino das Unidades Federativas , como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

## - COMPETÊNCIAS GERAIS

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.



5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”.

## Na BNCC a Dança e a Arte estão abarcadas na área de Linguagens

### COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações,

experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.

5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas”.

## Seguem excertos específicos de Arte e Dança:

### COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.

2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.

3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte.

4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.

5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo”.

- “ No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes **linguagens**: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas.

Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições, saraus, espetáculos, performances, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais, na escola ou em outros locais. Os processos de criação precisam ser compreendidos como tão relevantes quanto os eventuais produtos. Além disso, o compartilhamento das ações artísticas produzidas pelos alunos, em diálogo com seus professores, pode acontecer não apenas em eventos específicos, mas ao longo do ano, sendo parte de um trabalho em processo.

A prática investigativa constitui o modo de produção e organização dos conhecimentos em Arte. É no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal. Os conhecimentos, processos e técnicas produzidos e acumulados ao longo do tempo em Artes visuais, Dança, Música e Teatro contribuem para a contextualização dos saberes e das práticas artísticas. Eles possibilitam compreender as relações entre tempos e contextos sociais dos sujeitos na sua interação com a arte e a cultura.

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis **dimensões do conhecimento** que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem para se trabalhar com cada uma no campo pedagógico.

#### As dimensões são:

- 1. Criação:** refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações.
- 2. Crítica:** refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais.
- 3. Estesia:** refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência.
- 4. Expressão:** refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos

constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades.

**5. Fruição:** refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais.

**6. Reflexão:** refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor.

A referência a essas dimensões busca facilitar o **processo de ensino e aprendizagem em Arte**, integrando os conhecimentos do componente curricular. Uma vez que os conhecimentos e as experiências artísticas são constituídos por materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonoras, é importante levar em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva.

#### **Trecho extraído da Base. Sobre a Dança:**

“A **Dança** se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística da dança centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética.

Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo.

Eles têm, assim, a oportunidade de repensar dualidades e binômios (corpo *versus* mente, popular *versus* erudito, teoria *versus* prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas”.

## **Educação Nacional - Outras importantes Leis**

### **Temas contemporâneos – Temas Transversais**

A **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008 já foi mencionada em quadro em “Elementos do Movimento na Dança”. Aqui você a tem na íntegra com o sentido de aprofundamento da capacidade reflexiva e também com a intenção agora que você se aproprie de dados, informações e conhecimento que você saiba articular,

utilizar em sala de aula ou de ensaio. Importante que você faça práticas artísticas com essa e outras temáticas, proponha rodas de conversa acerca desta lei e outras leis e estatutos, suas atuações, de fato, no contexto escolar e em todos os outros.

### **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.**

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

Luiz Inácio Lula da Silva

*Fernando Haddad*

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)



## Comentário

Leis, temáticas de contundente questionamento social, político, artístico, pedagógico foram e são abordadas pelos PCNS e Base, respectivamente denominados de Temas Transversais (PCNs) e Temas Contemporâneos (Base).

Os PCNs apontaram:

“...as problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores”.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

**A Base dispõe:**

“Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se:

- Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016),
- Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717),
- Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218),
- Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919),
- Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221),

- Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422),
- Bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023).

Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada”.

Vocês também conheceram em “Dança como Mediação Educacional para Diversidade e Ações Afirmativas 1” a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, LEI Nº 13.146/2015 Pois então, a retomamos porque estamos aqui falando de conhecimentos socialmente relevantes. Não se trata apenas de cumprir leis. Trata de respeitarmos o que nos constitui enquanto humanos, enquanto pessoas com diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas em uma sociedade múltipla, estratificada e complexa. Construir a cidadania é um processo que perpassa por visar essa multiplicidade.

A educação, a Dança são campos para contribuir na diversidade com a igualdade de direitos, pois nelas próprias ocorre esta variável de ideias, corpos, desejos. A Dança e a Educação não são uma torre de marfim alheias ao mundo que as cerca.

Pensemos a Dança como mobilização de conhecimentos assegurados a partir de aquisição de habilidades e/ou aprendizagens, em seu caráter plural, ao tempo em que aponta para a necessidade de sua presença nos currículos e propostas pedagógicas, com vista à garantia da promoção de uma educação integral, como um direito a todos os estudantes brasileiros.

Para tanto retomemos a importância da inserção da arte, como área de conhecimento, em processos educacionais, por contribuir para um fazer-sentir-pensar significativo ao ato pedagógico. Fazendo-a agir como elemento convocante, tanto para uma articulação de conhecimentos como com estratégias metodológicas para aquisição de habilidades ou aprendizagens (cognitivas, práticas e socioemocionais) na perspectiva de uma educação integral e emancipatória.





# REFERÊNCIAS

ASSIS, Thiago Santos de; ROCHA, Lucas Valentim. Referências Conceituais para uma Pedagogia da Dança. Superintendência de Educação a Distância. Salvador: UFBA, 2017. 44 p.: il.

AQUINO, R. F. de. A constituição do campo acadêmico da Dança no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Dança) – Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais – memória e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Homologada em dezembro de 2017. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança. Resolução nº 3 de 8 de março de 2004. Aprova a Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Dança e dá outras providências. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03-04.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § do art. 26 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/13278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13278.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de

Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por Leituras SME; Textos-subsídios ao trabalho pedagógico das unidades da Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. Fundamento, 8. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Lições da Aula. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO NETO, Cassiano Zeferino de; MELO, Maria Taís de. Afinal, o que é tecnologia educacional? Revista Direcional Educador. Edição 83 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.direcionaleducador.com.br/capitulo-2-e-agora-professor/afinal-o-que-e-tecnologia-educacional>>. Acesso em 15 mai. 2015.

CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS. PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: documento completo, atualizado e interativo. Viçosa: Centro de Produções Técnicas e Editora LTDA. 2000-2018. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-documento-completo-atualizado-e-interativo>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 1994.

COLL, César. *Psicologia e Currículo*. São Paulo: Ática, 1996.

CUNHA, Antônio Geraldo da Cunha. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DARRAS, Bernard. As várias concepções de cultura e seus efeitos sobre os processos de mediação cultural. In BARBOSA, Ana Mae e COUTINHO, Rejane (orgs.) *Arte/Educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

D'AVILA, Cristina e FERREIRA, Lucia. Concepções pedagógicas na educação superior: abordagens de ontem e de hoje. In D'AVILA, C. e MADEIRA, A. V. (org.). *Ateliê Didático: Uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários*. Salvador: EDUFBA, 2018.

DELORS, Jacques (org.). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. 7ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

DELORS, Jaques. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. 6ª Edição. São Paulo, SP: UNESCO, MEC, Editora Cortez, Brasília, DF, 2001, p. 82-104.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUÉDEZ, Víctor. *Educacion y proysecto histórico-pedagógico*. Caracas: Editorial Kapelusz Venezolana, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HLYNKA, Denis; JACOBSEN, Michele. What is educational technology, anyway? A commentary on the new AECT definition of the field. *Canadian Journal of Learning and Technology*. La revue canadienne de l'apprentissage et de la technologie. V 35 (2). Spring. Printemps, 2009. Disponível em: <<https://www.cjlt.ca/index.php/cjlt/article/view/26395/19577>>. Acesso em: 1 mai. 2018.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. A natureza cultural do corpo. In: *Lições de Dança 3*. SOTER, Silvia; PEREIRA, Roberto (org.), pág. 77-98. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2002.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. O corpo. Pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

KATZ, Helena. Método e técnica: faces complementares do aprendizado. In SALDANHA, Suzana (org.). Angel Vianna. Sistema, método ou técnica. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Os métodos de ensino. São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUES, Isabel. Linguagem da Dança. Arte e Ensino. São Paulo: Digitexto, 2010.

LUCKESI, C. Carlos. Independência e inovação em tecnologia educacional: ação-reflexão. Revista de Tecnologia Educacional, ABT, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, n. 47, p. 6-49, 1986.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes modalidades de ensino. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/modalidades-de-ensino/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 12. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2012.

NACHMANOVITCH, Stephen. Ser criativo: o poder da improvisação na vida e na arte. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Summus, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo; MATOS, Lúcia; DALTRO, Fátima; RENGEL, Lenira Peral. Dança como Mediação Educacional para Diversidade e Ações Afirmativas I. Salvador: UFBA, Escola de Dança. Superintendência de Educação a Distância, 2018. 83 p.: il.

PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel (Org.). Edgar Morin: ética, cultura e educação. São Paulo: Cortez, 2001.

RANGEL, Beth. Dá-se forma ao que se acredita: Arte como tecnologia educacional. Anais do IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão/SE, 2015. Disponível em: <http://anais>.

educonse.com.br/2015/dase\_forma\_ao\_que\_se\_acredita\_arte\_como\_tecnologia\_educacional\_82.pdf  
Acesso em: 18/5/2018.

RESUMO DO LIVRO: Pedagogia da Autonomia. Pedagogia do Pé da Letra. 2010-2018. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/resumo-livro-pedagogia-autonomia-paulo-freire/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

RENGEL, Lenira Peral. Uma conceituação de mediação a partir das reflexões e argumentações do comitê Dança em mediações educacionais. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA), 2011. Disponível em: <<http://www.portalanda.org.br/anaisarquivos/1-2011-1.pdf>>. Acesso em 2 mai. 2018.

RENGEL, Lenira Peral; OLIVEIRA, Eduardo; GONÇALVES, Camila Correia Santos; LUCENA, Aline Soares de; SANTOS, Jadiel Ferreira dos. Elementos do Movimento na Dança. Superintendência de Educação a Distância. Salvador: UFBA, 2017. 102 p.: il.

RENGEL, Lenira Peral; SCHAFFNER, Carmen Paternostro; OLIVEIRA, Eduardo. Dança, Corpo e Contemporaneidade. Superintendência de Educação a Distância. Salvador: UFBA, Escola de Dança, 2016. 40 p.: il.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma pedagogia do conflito. In SILVA, Luiz Heron da, AZEVEDO, José Clóvis de, SANTOS, Edmilson Santos dos. (orgs.) Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Editora Sulina: 1996.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TUBINO, Manoel José Gomes. Tecnologia educacional: das máquinas de aprendizagem à programação funcional por objetivos. São Paulo: Ibrasa, 1984.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1996.









## Arte/Dança como tecnologia educacional I

Com o Curso e a disciplina queremos, junto com vocês e todos os envolvidos, agir em interação, com a compreensão de que “a distância” é outro modo de nos relacionarmos e aprendermos a criar uma maneira de proximidade.

Com esta perspectiva de aproximação propomos a você, estudante, engajar-se em uma dança como campo do conhecimento educativo e artístico emancipatório, político, qualquer que seja a dança que você faça.

O objetivo geral desta disciplina é introduzir o(a) estudante ao processo de educar em e com a Dança, oferecendo-lhe um conjunto de princípios e conceituações estruturantes para sua ação.

Bons estudos e pesquisas!



PROGRAD  
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO



Escola de Dança  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

